

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



DANIELLA KARLA PORTELA GUIMARÃES HANGAI

**QUANDO O A APITO TOCAVA NO BAIRRO DA LIBERDADE:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DA SANBRA**

Campina Grande - PB

2014

DANIELLA KARLA PORTELA GUIMARÃES HANGAI



**QUANDO O A APITO TOCAVA NO BAIRRO DA LIBERDADE:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DA SANBRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.

Keila Queiroz e Silva
Orientadora

Campina Grande-PB
2014



H239q Hangai, Daniella Karla Portela Guimarães.
Quando o apito tocava no bairro da Liberdade : memórias e representações da Sanbra / Daniella Karla Portela Guimarães Hangai. – Campina Grande, 2014.
110 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof.^a Dr.^a Keila Queiroz e Silva".

Referências.

1. História Cultural. 2. Fábrica. 3. Operários Sandrinos. 4. Trabalho. 5. Gênero. I. Silva, Keila Queiroz e. II. Título.

CDU 930.85(043)

DANIELLA KARLA PORTELA GUIMARÃES HANGAI

**QUANDO O A APITO TOCAVA NO BAIRRO DA LIBERDADE:
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DA SANBRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História na área de concentração Cultura e Cidades.

Dissertação Avaliada em __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Keila Queiroz e Silva. PPGH/UFGC
Orientadora

Prof. Dra. Patrícia Cristina Aragão Araújo. CEDUC/UEPB
Examinador externo

Prof. Dra. Elizabeth Christina Andrade Lima. PPGCS/UFGC
Examinador interno



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

DEDICATÓRIA

Ao meu querido esposo.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me permitir concluir este trabalho, dando-me saúde, vigor e ânimo para que pudesse desempenhar minhas funções acadêmicas.

À minha família, em especial aos meus pais pelo apoio e carinho que me dedicaram, e a meu esposo por todo o sacrifício da espera, da paciência abnegada, e acima de tudo do amor constante.

Aos meus queridos amigos ex-operários sanbrinos e moradores do bairro da Liberdade, pela colaboração que tornou possível este trabalho.

Aos meus amigos do Mestrado em História, em especial à minha querida amiga Débora Souza, que tanto me ajudou em todo o percurso árduo, mas edificante, nesses dois anos de aprendizado.

Aos amigos em geral que tiveram toda a paciência necessária nos momentos de exaustão mental, sempre me dando suporte.

À minha querida amiga Fátima, funcionária do Museu Histórico de Campina Grande, pelo apoio sincero e pela ajuda com a pesquisa.

Ao professor da UEPB, Josemir Camilo, por ter me apoiado há quase dez anos atrás, para que eu desenvolvesse minhas pesquisas acadêmicas sobre a SANBRA.

À todos os professores que contribuíram com uma parcela de seu saber, em especial à minha orientadora Keila Queiroz e Silva.

Sou grata a Deus por todos os que contribuíram. Sem eles nada poderia ter sido feito.

EPÍGRAFE

Os três apitos

Noel Rosa

*Quando o apito da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
Mas você anda
Sem dúvida bem zangada
E está interessada
Em fingir que não me vê
Você que atende ao apito
De uma chaminé de barro
Por que não atende ao grito tão aflito
Da buzina do meu carro?
Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho
Não faz fé com agasalho
Nem no frio você crê
Mas você é mesmo
Artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você
Sou do sereno
Poeta muito soturno
Vou virar guarda noturno
E você sabe porque
Mas você não sabe
Que enquanto você faz pano
Faço junto do piano
Estes versos prá você
Nos meus olhos você vê
Que eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente impertinente
Que dá ordens a você.*

RESUMO

O presente trabalho apresenta considerações acerca de minha pesquisa sobre o cotidiano do uso dos espaços fabris pelos antigos operários da extinta fábrica SANBRA, bem como suas práticas cotidianas no bairro da Liberdade. Nesses espaços que revelam cotidianos múltiplos, complexos em suas tramas, por abarcar diversos *espaços-tempos*, será analisado como esses(as) ex-operários(as) representaram suas experiências com o trabalho na fábrica, bem como suas vivências no bairro da Liberdade, salientando as diferentes representações de gênero. Em busca de construção de um olhar subjetivo e cultural com relação à categoria trabalho, consagrada pelo marxismo ortodoxo como essencialmente materialista, procurei pensar a fábrica como um lugar praticado marcado por pluralidades e trocas relacionais onde cada praticante faz uso desses espaços, bem como por lutas de representações. A cidade de Campina Grande foi pensada a partir dos registros das memórias coletivas dos moradores do bairro da Liberdade e de suas sensibilidades urbanas inventadas e reinventadas dentro e fora da fábrica. Nessa perspectiva, optei por uma escrita da história inspirada pela dimensão cultural da experiência do trabalho fabril fundamentada em narrativas orais que demonstraram a diversidade de representações cidadinas referentes ao lugar social de operário urbano campinense.

Palavras-chave: Fábrica. Operários sanbrinos. Trabalho. Gênero. Representações.

ABSTRACT

This academic work, presents considerations about my research on the everyday use of factory space by former workers of the defunct factory SANBRA and their daily practices in the Liberdade neighborhood. In these spaces that demonstrate multiple everyday, complex in their plots, for it encompasses many space-times, will be analyzed as such (as) ex - workers the) represented their experience working in the factory as well as their experiences in the Liberdade neighborhood highlighting different representations of gender . In pursuit of building a subjective and cultural look with respect to the work category, consecrated by orthodox Marxism as essentially materialistic, tried to think the factory as a place marked by plurality and practiced relational exchanges where each practitioner makes use of these spaces, as well as struggles representations. The city of Campina Grande was designed from the records of the collective memories of residents of the neighborhood of Liberty and its invented and reinvented urban sensibilities inside and outside the factory. From this perspective, I chose to write a story inspired by the cultural dimension of the experience of factory work based on oral narratives that demonstrated the diversity of City entertainment representations regarding social place Campinense urban workers.

Keywords: *Factory-Sanbrinos workers-Work –Gender-Representations.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I- O BAIRRO DA LIBERDADE COMO UM LUGAR PRATICADO E AS SENSIBILIDADES CIDADINAS DOS (DAS) OPERÁRIOS SANBRINOS (AS).	18
1.1 "NO TEMPO EM QUE ÉRAMOS JOVENS NO BAIRRO DA LIBERDADE"	21
1.2 A SANBRA HISTORIZADA	37
CAPÍTULO II- AS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO FABRIL EM MEMÓRIAS COLETIVAS FEMININAS.....	43
2.1 DO LAR À FÁBRICA: TRAJETÓRIAS FEMININAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	43
2.2 AS OPERÁRIAS SANBRINAS.....	47
2.3 O TRABALHO FEMININO DAS OPERÁRIAS SANBRINAS.....	51
2.3.1 <i>A face prazerosa do cotidiano do trabalho</i>	59
CAPÍTULO III – O COTIDIANO DA SANBRA DITO PELOS HOMENS OPERÁRIOS	64
3.1 GÊNERO NA PERSPECTIVA MASCULINA	64
3.2 O TRABALHO PARA O HOMEM	66
3.2.1 <i>Os trabalhadores sanbrinos</i>	67
3.2.2 <i>Os trabalhadores sanbrinos e as lutas operárias</i>	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
ANEXOS	83
ANEXO 1- VISTA PANORÂMICA DO PARQUE FABRIL SANBRINO, PROVALMENTE NA DÉCADA DE 60.	84
ANEXO 2- CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE FABRIL DA SANBRA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE, EM 1920.	85
ANEXO 3- CÓPIA DE UM PROCESSO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, MOVIDO POR UM OPERÁRIO SANBRINO, EM 1959	88
ANEXO 4- FOTOGRAFIA DO PARQUE FABRIL SANBRINO (PROVAVELMENTE NA DÉCADA DE 50).....	89
ANEXO 5- CARTEIRA DE SÓCIO EM UM EVENTO COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE.	90
ANEXO 6- IMAGEM DE UM DOS PRIMEIROS ÔNIBUS A CIRCULAS PELO BAIRRO DA LIBERDADE.	91
ANEXO 7- PROPAGANDA DE UM DOS PRODUTOS FABRICADOS PELA SANBRA	92
FONTES	93
ÍNDICE DE JORNAIS UTILIZADOS	94
LISTA DE DEPOENTES	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

Desde a infância a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) esteve presente em minhas memórias. Isto se deu não apenas por ouvir falar de sua existência e das vivências dos sujeitos que, neste espaço, trabalharam. Durante o período que morei no bairro da Liberdade, na prática de caminhar por entre suas “ruelas”, visualizava o resto da arquitetura desta geografia fabril, o que sempre me suscitava a curiosidade por saber do cotidiano de tantas mulheres e homens que vendiam sua força de trabalho, sobretudo como único meio de subsistência. Ao retornar dos Estados Unidos em 2006, aquela inquietação que, até então, foi um breve devaneio se tornou uma realidade palpável ao decidir escrever sobre a vida, dores, alegrias, e sonhos, dos trabalhadores/moradores sanbrinos da Liberdade. Escolher tais personagens não resultou simplesmente por serem trabalhadores que viveram por meio do exercício cotidiano na SANBRA. Foram sujeitos que através das práticas exercidas, falaram-me de percepções de gênero, culturalmente comuns as décadas de 1940-1970; das formas de sociabilidades, das lutas por melhores condições de trabalho e de remuneração, das transformações espaciais, que a instalação deste “lugar praticado fabril”, acabou por fazer, no bairro da Liberdade, tais como a construção de um mercado e a fundação de templos religiosos.

Durante muitos anos, pesquisar acerca desses cotidianos restringiu-se a pensá-los, unicamente, pela perspectiva marxista. A problemática do trabalho foi amplamente discutida na historiografia brasileira, assumindo no primeiro momento um viés economicista. Com a História Social essas discussões foram reconfiguradas, uma vez que a temática do trabalho está no cerne dos conceitos sobre classes e grupos sociais, mas assumindo uma perspectiva revisionista do marxismo. Foi a partir de livros como, *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Thompson e da história vista de baixo, uma história produzida a partir do que sujeitos comuns falam; acabou por fazer uma temática discutida e reavaliada, reconhecendo-se a dimensão subjetiva da categoria trabalho por meio do conceito de experiência.

Acompanhando essas discussões que investiram no protagonismo dos excluídos da história, historiadoras como Michelle Perrot evidenciaram outro personagem, o sujeito mulher na história, tornando o que até então era invisível, visível. Assim, foi possível conceber que na História há diversas possibilidades de perceber um mesmo fenômeno, evento ou acontecimento de diferentes formas. É nesse contexto que a História Cultural envolve-se, apropriando-se dessas discussões e aproveitando-se da abertura da História para com o

diálogo de outras perspectivas, saberes e ciências, tais como: a Sociologia, a Antropologia, a Literatura e a Psicologia, abrangendo, desse modo, concepções e mergulhando em novos universos de estudo como as realidades sociais e cotidianas de indivíduos comuns.

Foi nesse cenário que entram em cena os estudos dos historiadores franceses Michel de Certeau e Roger Chartier, que “avançaram na crítica as concepções monolíticas da Cultura, desconstruindo a pretensão de se estabelecer em definitivo, relações culturais que seriam exclusivas de formas culturais específicas...” (BARROS, 2004, p.76). Em busca de descortinar as subjetividades dos ex-operários sanbrinos campinenses, adentrando um universo pouco explorado da história cultural do trabalho, fundamentado nos conceitos de práticas cotidianas de Certeau, e de representações em Chartier, foram alicerçadas minhas discussões sobre as vivências cotidianas de homens e mulheres moradores do bairro da Liberdade e trabalhadores da já extinta fábrica SANBRA. Esse símbolo urbano industrial esteve na cidade de Campina Grande por quase 50 anos, equipando e influenciando, de sobremaneira, a vida dos operários, proporcionando o desenvolvimento do bairro da Liberdade. No diálogo para com os textos de Michel de Certeau, busquei suporte especialmente em sua coletânea de livros- *A Invenção do Cotidiano* (CERTEAU, 1994, p10), procurando pensar a fábrica como um *espaço praticado*, de pluralidades, de trocas, onde cada praticante (operário ou patrão) faz uso do espaço/espacos. É nessa tarefa de ir ao encontro do operário que acho a matéria-prima deste trabalho. Eles, pessoas comuns, são os “heróis obscuros” e cada relato destes apresenta vários perfis de um mesmo fenômeno e de alguma forma trata-se de um novo encontro capaz de, muitas vezes, surpreender as certezas adquiridas. Estar aberto a esses encontros, que pode dar-se na forma dos relatos mais simples do cotidiano desses operários, é uma necessidade fundamental. As práticas cotidianas dos trabalhadores na fábrica revelam muitos caminhos possíveis de como esse objeto de pesquisa possa ser entendido. Ainda com base nos conceitos de CERTEAU (1994), outro aspecto analisado durante a pesquisa é a questão do poder¹, o qual se procura analisar dentro e fora da fábrica. Um poder que não se reduz simplesmente a dicotomia dominante-dominados, ou não se refere apenas a opressão, mas antes cabe entender [poder] como as autoridades simbólicas ou materiais que organizam qualquer grupo social e que permitem a própria existência do grupo ao redor de referências comuns (CERTEAU, 1990, -p. 18). A ideia de poder para Certeau é demonstrada em sua definição de “lugar”, o lugar que é fundado por relações e

¹O conceito de poder trabalhado aqui será o enfatizado por Michel de Certeau, que difere um pouco do conceito de poder trabalhado por Michel Foucault. Enquanto Foucault se preocupa em alicerçar sua pesquisa no discurso instituído, colocando as formas ordinárias do discurso fora do campo de estudos, Certeau fundamenta sua abordagem na linguagem da vida concreta.

estratégias de poder específicas e precede a criação do espaço. O lugar se define pela configuração instantânea de posições e dentro dos lugares organizados por estratégias, uma série de movimentos é produzida por aqueles e aquelas que nele habitam. Assim, a fábrica se constitui enquanto um lugar controlado por estratégias de poder, por referências simbólicas e também personificadas nas pessoas que ali trabalharam. A partir desse lugar foram criados espaços, que diferentemente dos lugares, não mantinham o que produziam, pois não estavam sustentados por relações de poder que lhes garantiam o mínimo de estabilidade. Isso se mostrando a partir de movimentos silenciosos, de lutas por direitos trabalhistas, não articulados e organizados, que transformaram o lugar de maneira *sub-reptícia* e que CERTEAU (1994) nomeou de táticas, quando se refere a estas operações que criam lugares.

A temática do trabalho doravante será o principal elemento, do presente texto, que busca focalizar os trabalhadores sanbrinos, pensando o trabalho dentro de uma perspectiva adequada às realidades nordestinas, especialmente às realidades paraibanas das décadas de 40 a 70, na tentativa de não encaixar estas realidades a modelos europeus fixos, considerando que o trabalho na Paraíba teve suas peculiaridades. Portanto, buscando referências teóricas de historiadores locais sobre o objeto trabalho, vi nos estudos de Ariosvaldo Diniz² sobre o trabalho na Paraíba uma visão mais próxima das concepções sobre o trabalho que buscava. Diniz (2004) rompe com conceitos comumente usados, como classe operária ou proletariado e substitui pela noção de homem pobre urbano, se tornando, assim, possível ter um maior entendimento sobre a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores paraibanos enquanto grupo(s), de acordo com as condições sociais, econômicas, políticas e culturais próprias do estado da Paraíba. Dessa maneira, objetivo entender, no interior desta “realidade” particular, as representações que os sanbrinos elaboraram acerca dos serviços que realizavam, na fábrica; dos utensílios tecnológicos que manuseavam, das substâncias que absorviam, com seus cheiros e seus gostos; das dores físicas e emocionais de dedos cortados, mãos decapitadas, vidas ceifadas; os espaços que foram construídos pelas necessidades de uma fábrica que estimulou migrações, povoando um bairro que ainda apresentava carências de espaços de sociabilidades e comércio. São representações, percepções de uma espacialidade que propiciou práticas e definiu lugares para os seus sujeitos. Lugares econômico-sociais, padrão/operário, lugares culturais de gênero homem/mulher. Representações de gênero que, para a época, não me permite incluir análises que consideram o feminino e o masculino indo além do físico, do biológico, como entendem as concepções pós-modernas. Não estamos

² Extraído do livro- *A maldição do trabalho*, de Ariosvaldo Diniz.

negando que o gênero é uma construção cultural, uma construção cultural que, aliás, elabora um feminino e um masculino para as décadas estudadas. Todavia, uma concepção, que para os sujeitos depoentes, é definida pelos órgãos reprodutivos. Sexo que definiu funções, lugares e papéis sexuais na fábrica³, mulheres que mesmo alargando suas atuações na sociedade, por meio do trabalho, permaneceram como mães, mulheres voltadas para casa, voltadas para o lar. Gênero que, ainda, destinou ao homem, a posição de provedor da família, de destaque da produção fabril por sua força e virilidade, destinando à mulher, atividades que exigiam mais habilidade e menos força. Relações de gênero que representam, demarcam e ordenam lugares, no meio social, econômico e cultural, da fábrica (CHARTIER, 1990).

A escolha de tais produções textuais se versou pelos silêncios que percebo de trabalhos teóricos que enfocam o objeto trabalho, dentro das concepções culturalistas da Nova História. A maioria dos estudos a respeito é feito por historiadores sob a influência marxista, que ressaltam muito mais os aspectos econômicos, pondo como secundários os fatores culturais, étnicos, religiosos, políticos e sociais. Pensando nesse aspecto, busquei suporte teórico nos estudos da historiadora francesa Michelle Perrot, que embora tenha base marxista, avança nas discussões sobre trabalho e fábrica, na medida em que inclui as mulheres e suas práticas como operárias, algo que foi negado por outros historiadores antes dela que focavam apenas nas práticas fabris masculinas. Entretanto, Perrot⁴ não prioriza apenas as mulheres em detrimento dos homens, mas mostra tanto o feminino como o masculino na fábrica, e como os espaços fabris são distribuídos entre ambos os sexos. Complementando as discussões sobre mulheres trabalhadoras, fiz uso também das temáticas propostas pelo filósofo francês Gilles Lipovetsky em seu livro- *A terceira mulher*, que fala sobre a ascensão da atividade profissional das mulheres, e as implicações advindas desse fenômeno, mostrando como o trabalho feminino acarretou em uma série de mudanças sociais e culturais, tanto no universo feminino, quanto no masculino.

No que se refere ao *corpus* documental, este texto tem como base memórias, relatos de trabalhadores da SANBRA e moradores da Liberdade, os quais se entendem como sendo representações, ou seja, percepções, formas de ver e de demarcar lugares (CHARTIER, 1990). São atribuídos de sentidos a um objeto ausente que se faz presente pela imagem produzida pela memória. De acordo com Chartier (2002):

³ Elizabeth de Souza-Lobo, em seu livro-*A classe operária tem dois sexos*, nos mostra a delimitação tênue e sutil do masculino e do feminino na fábrica.

⁴ Utilizei o livro de Michelle Perrot, *Os excluídos da História-Operários, Mulheres, Prisioneiros*, por ser um dos livros atribuídos a Perrot, que não aborda apenas as práticas femininas fabris, mas também as práticas dos homens operários.

“(...) as representações do mundo social são a forma como os atores sociais traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente descrevam a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 2002, p.19).

As representações dos operários sanbrinos são assim, imagens que eles constroem, elaboram, das suas vivências no passado, mas com base nos seus julgamentos do presente. Com base nessas concepções, é enfatizado aqui como os operários sanbrinos através de suas práticas cotidianas, elaboraram suas representações do trabalho, da fábrica, do bairro, do amor e da vida, mostrando que apesar de terem constituído um grupo de operários que fizeram parte da SANBRA, cada um tem concepções diversas, que juntas nos ajudam a conhecer e entender as histórias de vida de pessoas simples, o universo do trabalho operário na cidade naquela época⁵, e a história de formação do bairro da Liberdade e de seus espaços. Olhares que articulam este texto a linha de pesquisa Cultura e Cidades, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande. Em decorrência por preocupar-se em responder os seguintes questionamentos: Que mudanças a SANBRA ocasionou na paisagem e no cotidiano, do bairro da Liberdade, quando seu “apito” começou a ser tocado e ecoado, por entre as ruas e casas? Que sociabilidades e divertimentos derivaram de sua fundação? Quais os conflitos sociais e culturais fez emergir em seu interior fabril e no seu exterior que é o bairro? E, por fim, como os sujeitos, através da divisão sexual do trabalho, se viam, se representavam e se posicionavam como mulheres e homens, na fábrica ao saírem dela?

Responder a estas indagações foi apenas possível por meio dos já mencionados relatos dos trabalhadores sanbrinos e moradores do bairro, pois à medida que a SANBRA foi desativada e reutilizada para outros fins, sua memória escrita foi incinerada, restando os dizeres dos homens que a viram, a ouviram e trabalharam. De 2008- 2012, eu realizei em torno de 40 entrevistas, organizadas em temáticas: os moradores do bairro, os operários e os operários e seus familiares. Relatos marcados por dificuldades relacionadas à idade, com seus lapsos de memória e os falecimentos.

Memória e História segundo Chartier (2002) são “representações narrativas construídas sobre um objeto ausente”. Construções que tem como base as experiências

⁵ Na década de 30, época em que a SANBRA foi inaugurada em Campina Grande, foi um período de grandes transformações na cidade, e na paisagem dela, que vivia um “surto modernizador”, que veio a mudar não só os espaços, mas influenciar as mentalidades. O trabalho na SANBRA, por exemplo, veio a transformar as práticas de trabalho, reconfigurando-as as novas “realidades”, da moderna Campina Grande.

individuais e coletivas dos indivíduos em sociedade. Tomando como base essa afirmativa, é proposto aqui fazer uma construção das histórias dos operários, na SANBRA e as relações que possuíam com o bairro através de suas memórias. Como a produção documental acerca de outras histórias de Campina Grande, nesse período, se apresentam escassas ou inexistentes, sobretudo para a história dos bairros como a Liberdade. A respeito do privilégio de se ter representantes vivos de uma época para ajudar-me a reconstituir historicamente a partir dessas memórias, Bosi (1994) diz: "Quando se trata de história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época (...)". Aliada às discussões sobre História e Memória, a História Oral foi o veículo que tornou possível a realização dessa pesquisa, como mencionado anteriormente, sem os quais esse projeto não teria base. A História Oral tornou-se uma ferramenta indispensável nesse processo de construção histórica, à medida que nos relatos são mostrados detalhes acerca do cotidiano, da cidade, do bairro e da fábrica e os costumes e as sensibilidades urbanas que não aparecem nas histórias "oficiais" da cidade de Campina Grande. Sobre isso Albert (2005), explica que a História Oral se tornou "uma contra-história, possibilitando trabalhar-se com a história local e da comunidade em oposição à chamada história da nação" (ALBERTI, 2005, p.60) Atualmente entre os historiadores há uma corrente que afirma ser a História Oral uma disciplina, reconhecendo-a como área de estudo autônoma e capaz de gerar soluções teóricas. Contrapondo-se a esses, há aqueles que a vêem como uma metodologia, imbuída de técnicas e procedimentos, a exemplo de Neves (2006) que afirma:

História Oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas e consensuais. (NEVES, 2006, p.15)

Nessa perspectiva, a História Oral caminha em duas direções. A primeira trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher lacunas, deixadas pelas fontes escritas, tendo como principal fator a questão da construção identitária, não aprofundando a noção de memória, sendo que seu objetivo é o de garantir o máximo de veracidade e objetividade aos depoimentos. Nesta concepção a fonte oral é tratada como secundária, menos importante, frente às outras, por considerá-la mais frágil. Já a segunda

perspectiva, a qual será adotada aqui, privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre História e Memória, buscando realizar uma discussão mais aprofundada. Assim, a fragilidade da subjetividade, não é vista como elemento negativo, mas como densidade de registro de experiências humanas pretéritas do ponto de vista da sensibilidade e que também pode ser interpretado e explorado historicamente. Sensibilidade que, aliás, está presente em toda e qualquer fonte. Haja vista que todos os sujeitos que produzem vestígios e representações do passado, recortam por meio de seus olhares, sentidos e sensibilidades aquilo que acabamos por legar. As maneiras de ver o mundo, de se localizar neste, por meio das relações com os sujeitos, parte de percepções que envolvem emoções, sentimentos, tanto por parte dos sujeitos que elaboram os documentos que temos acesso, quanto as representações que os sujeitos relatados, nos mesmos, possuem na época estudada. É a sensibilidade entendida por Pesavento () como a prática de representar, de produzir memórias, por meio dos sentimentos, pensando, pois, que o ato de lembrar é o ato, também, de sentir. Uma sensibilidade que se apresenta não somente, quando os depoentes falam do que viveram outrora, bem como quando dizem dos sentimentos que possuíam em relação à espacialidade da SANBRA e das práticas que eram impostas por suas normas “faladas”. Sem negligenciar, claro os seus “sabores” e seus “dissabores”. No intuito de responder as proposições apresentadas, dividi o texto em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado: “*O bairro da Liberdade como um lugar praticado e as sensibilidades cidadinas dos (as) operários (as) sanbrinos (as)*”. Neste, o desafio foi problematizar os sistemas de representações que compunham o imaginário do bairro, das décadas de 40 a 70, numa tentativa de enxergar as sensibilidades de outro tempo e em outro espaço. Estas sensibilidades demonstradas através dos relatos operários nos remetem a um universo de sentidos, os quais, muitas vezes, não são possíveis de ser expressos textualmente, por não obedecerem a uma lógica racional. O bairro da Liberdade é trabalhado como um espaço de práticas cotidianas, onde haverá um engajamento dos indivíduos ligados uns aos outros pela proximidade. Será também analisado como um lugar de sociabilidades, onde a conveniência consistirá no freio para atitudes que fujam às regras comuns a todos, mesmo que sempre havendo alguns que burlam as regras. Serão também mostrados os diferentes espaços criados com o desenvolvimento do bairro pela instalação da fábrica SANBRA nos seus limites territoriais. No segundo capítulo, “*As representações do trabalho fabril em memórias coletivas femininas*”, são discutidas, primeiramente, a inserção das mulheres populares paraibanas no mercado de trabalho, enfatizando o desafio que elas tiveram de conciliar as atribuições de mães, esposas e donas de casa, com o trabalho na fábrica. Depois, são analisadas as

experiências cotidianas das mulheres no interior da fábrica. É nesse momento que faço as discussões em torno das representações que as operárias sanbrinas faziam sobre suas práticas de trabalho, e ao mesmo tempo apresento como os homens operários e patrões representavam o lugar do feminino, na fábrica. No terceiro capítulo de título: “*O cotidiano da SANBRA dito pelos homens operários*”, são abordadas as representações dos operários sanbrinos sobre o trabalho masculino e os conflitos sociais e culturais que este trabalho acarretou, especialmente, o conhecimento de alguns trabalhadores a respeito de direitos trabalhadados reivindicados pelos diversos movimentos nacionalistas e sindicais que se chegavam, na “Rainha da Borborema”. Conhecer um pouco do cotidiano da SANBRA, através das memórias de seus trabalhadores e moradores da Liberdade, é uma das formas que encontrei de contribuir para a história do bairro onde cresci e entender como tantos espaços que compuseram minha infância puderam fazer parte, do cotidiano dos sujeitos que, até hoje, lá residem. É uma igreja, é um mercado, são becos, ruas, bodegas, comércios, que foram construídos, “inventados”, por iniciativas que estão imbricadas a instalação da fábrica. Uma fábrica, que se não fosse por intermédio de quem um dia habitou-a ou viu-a, não poderia, eu, jamais relatar, jamais escrever.

Suas memórias, assim, elucidam ao leitor, sobre a história, de Campina Grande, da sua economia, das concepções de modernidade e modernização que eram entendidas, para época; das relações sociais dos sujeitos pobres entre si, entre estes e outros que não eram populares, pertenciam a elite; fala-nos de homens, mulheres, sujeitos comuns, sua vivências, pelo que trabalhavam, pelo que se alegravam e choravam. E mesmo que a emoção esteja presente em todo o meu texto, o mesmo não perde o caráter teórico, por ter usado de métodos científicos dentre da área de conhecimento que me propus, como descrito anteriormente.

CAPÍTULO I- O BAIRRO DA LIBERDADE COMO UM LUGAR PRATICADO E AS SENSIBILIDADES CIDADINAS DOS (DAS) OPERÁRIOS SANBRINOS (AS).

Andar pelo bairro da Liberdade⁶ é como andar por entre as lembranças passadas e presentes de mim mesma. É ouvir o roçar das vassouras das vizinhas pelas calçadas e suas conversas matinais. É caminhar pelas ruas familiares aos passos, vendo os rostos conhecidos que se cruzam como os meus todos os dias e ao chegar à padaria, à mercearia da esquina ou ao mercado, ser reconhecido inclusive nas preferências. É sentir o cheiro de comida de mãe... É ouvir o barulho do trem no início do dia, e a cantiga do *cocadeiro* ao entardecer. Andar pela Liberdade é viver a rotina diária que se inventa a cada passo, a cada conversa, a cada olhar. Andar pelo bairro é uma prática, uma troca com o outro, é uma experiência repetitiva e cotidiana, que é ao mesmo tempo, reinventada pelos percursos.

Nesse caminhar, muitas vezes, me deleitei em ouvir as conversas dos mais velhos, sobre temáticas como: o tempo de sua juventude no bairro, o trabalho na SANBRA e como era diferente a vida. Esses frequentadores mais antigos do bairro com suas histórias de vida e de experiências cotidianas veem o presente como algo que os oprime. Suas lembranças do bairro, da cidade e de seu trabalho, expressam a saudade de um tempo em que “era difícil, mas era bom!⁷”. Eles presenciaram mudanças, continuidades e participaram na formação do que hoje é o bairro da Liberdade. Eles têm muito a dizer sobre épocas que pouco se sabe. Suas memórias são ricas. São “heróis obscuros”, “velhos”,⁸ como os chama a sociedade que não lhes dá o valor que merecem. Precisam ser ouvidos, notados e considerados em uma sociedade com tecnologias e cada vez menos preocupada com as raízes. Faz-se cada vez mais necessário recorrer aos velhos guardadores de memórias. Falando sobre a importância dos relatos de memória. Pesavento (2000) diz:

(...) recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela

⁶ O bairro da Liberdade é um dos bairros periféricos mais tradicionais de Campina Grande. Ele fica localizado na Zona Sul da cidade, e apesar de ter uma área territorial bem menor que outros bairros da cidade, é bastante populoso. Um fato peculiar sobre a Liberdade é que, a maioria dos moradores são pioneiros ou descendentes dos primeiros habitantes do bairro, o que o torna hegemônico no sentido de haver pouca rotatividade de pessoas de outros bairros.

⁷ Parte do relato de Maria Cely de Souza, ex-operária sanbrina.

⁸ Segundo Ecléa Bosi (1998), o desprezo pelos velhos na sociedade moderna advém da lógica do capitalismo, que vê o velho como alguém que perdeu sua força de trabalho e não tem mais utilidade no processo de produção. Esses conceitos foram disseminados nas sociedades de forma que a noção do velho como aquele que portava a sabedoria para ajudar as novas gerações foi perdido.

reminiscência, transmitindo do presente aqueles que não estiveram na cidade do passado. Fala-se e conta-se, então, dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, de valores desatualizados. Traz-se ao momento do agora, de certa forma o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe (PESAVENTO, 2007,p.20).

Essas memórias cotidianas dos velhos trabalhadores do bairro, da Liberdade, são como enfatizou Chartier(1990) “representações construídas sobre um objeto ausente”, já que nada mais é como foi na época destes. Vive-se o presente e se faz representações sobre o que se passou com base no olhar atual. Seus relatos são assim representações que têm como base suas experiências individuais e coletivas na sociedade. E como representação narrativa a memória se alimenta das lembranças, as quais constituem assim sua matéria-prima. De acordo com Halbwachs (1990): “(...) a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já alterada...” (HALBWACHS, 1990, p. 71). Acrescentando mais sobre a natureza das lembranças, Ecléa Bosí (1998) mostra que:

(...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1998, p.55)

Ao estimular essas pessoas à lembrança, vê-se que a memória não é algo dado, instantâneo, pois como afirma Nora (1993) “não existe memória espontânea. “A memória é tocada por circunstâncias, como o piano que produz sons ao toque das mãos...” Certeau

(1999). Quando esses trabalhadores se lembram, baseiam-se sempre em seus julgamentos de valor do presente para julgar ou avaliar o passado, e nesse sentido a memória é seletiva, pois quem recorda, lembra ou esquece fatos e situações significativas ou traumáticas em sua vida. É importante considerar que, muito embora, o esquecer-se ou lembrar-se, seja em diversas vezes involuntários, em outros casos é um ato consciente, onde se quer esquecer ou omitir algo. Assim, além de trabalhar com lembranças é necessário também que se trabalhe a questão do esquecimento, pois segundo Le Goff (1990) “a memória não pode ser vista só como recordação, mas também pelo lado do esquecimento”. Ao focar também essa questão Ecléa Bosi menciona:

Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativas são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época. (BOSI, 2003, p.18)

É tocante ver como essas pessoas se emocionam ao lembrar. As lembranças trazem à tona muitos sentimentos: o saudosismo, a vontade de voltar para reviver tudo ou de tornar as coisas diferentes. O bálsamo dos velhos entrevistados são as lembranças, e quando se dão ouvidos a eles é como se eles rejuvenescessem. Um exemplo disso é visto no relato de Maria Cely, ex-operária sanbrina: “Se eu pudesse voltar eu queria minha mocidade. A minha dor é que o tempo passou e eu não vi. Quando você está trabalhando, nem lembra que a vida passa, e quando fica velha, diz: O que fiz da vida? Como o tempo passou desse jeito?”⁹

Apesar de serem testemunhos individuais de memórias cotidianas do bairro e do trabalho na fábrica, essas representações são de uma coletividade, pois toda memória individual existe sempre a partir da memória coletiva, visto que as lembranças são constituídas no interior de um grupo, como afirmou Halbwachs (1990): “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (...)” (HALBWACHS, 1990, p.37). Os relatos a seguir, nos mostram como essas pessoas representaram, imaginaram e criaram o bairro através de suas práticas cotidianas, transformando os espaços, atribuindo-lhe sentidos, criando lugares. São os relatos de moradores antigos do bairro da Liberdade, que trabalharam na extinta fábrica SANBRA,

⁹ Trecho do relato de Maria Cely de Souza, ex-operária sanbrina.

assim como de pessoas que não trabalharam nela, mas que, de certa forma, estavam ligadas à fábrica, porque um de seus entes queridos trabalhou lá. Nas suas falas o bairro é mostrado em todas as suas dimensões físicas, sentimentais, morais e religiosas. Já os gestos, os cheiros e os sons são ausências que não são representadas com palavras, e de certa forma se perdem no tempo. “As histórias sem palavras do andar, do vestir-se, de morar ou do cozinhar, trabalham os bairros com ausências; traçam aí memórias que não tem mais lugar-infâncias, tradições genealógicas, eventos sem data (...)” (CERTEAU, 1999, p.200).

1.1 "No tempo em que éramos jovens no bairro da Liberdade"

Não se sabe ao certo quem primeiro habitou o bairro da Liberdade, quem o nomeou, quem o inventou, mas o que é demonstrado pelas pesquisas é que ele começou a ser povoado a partir da década de 20 do século XX, época de criação de outros bairros populares, como o de José Pinheiro (1927). A Liberdade foi um bairro criado para ser popular, já que os pobres da cidade foram sendo direcionados para zonas adjacentes, aos bairros mais nobres, pois enfeavam os lugares dos ricos, como é enfatizado por Sousa (2008):

(...) com estas conquistas burguesas modernas [na cidade de Campina Grande], pobres e ricos, que moravam em habitações consideradas insalubres ou antiestéticas, foram deslocadas para áreas, bairros ou subúrbios afastados; liberando o centro para as atividades comerciais, o lazer elegante e os negócios. Nos novos lugares reorganizados com esse processo de desterritorialização, construíram-se hierarquias e segregações sociais e espaciais de novo tipos e, em alguns casos, mais marcantes do que as conhecidas até então. (SOUSA, 2008, p.65)

A Campina Grande das primeiras décadas do século XX vivia o sonho da modernidade, e o centro era o símbolo do moderno. Tudo o que não estivesse em conformidade com essa modernidade deveria ser destruído. O antigo, o obsoleto eram

representações¹⁰ das velhas elites, e o moderno das novas elites que passaram a deter o poder. No entanto, é necessário que se entenda que a modernidade em Campina Grande estava diretamente associada mais a modernização física do centro, que a uma mudança do pensamento retrógrado para o moderno. Assim talvez seja mais apropriado usar o termo modernização¹¹ para essa época, já que os hábitos e as mentalidades campinenses não mudaram de uma hora para outra. Os primeiros a aderirem aos ares modernos foram os que tiveram acesso a ele, ou seja, os mais abastados. A maioria da população campinense não desfrutou dessa modernização pois foi excluída ou sofreu as consequências dela. A modernização na cidade foi imposta, e muitas vezes de forma violenta, como o já mencionado caso das demolições de prédios no centro na década de 30. Conceituando modernidade, (ALBUQUERQUE, 2008, p.46) diz: “(...) A modernidade se apoia na produção da ruína do que considera velho, tradicional, ultrapassado, na sua demolição e reconstrução...”.

Falando sobre como a ideia de modernidade do Nordeste do Brasil se mostrou diferente da modernidade das grandes metrópoles, Aranha (2001), esclarece que diante da vida frenética e do ritmo acelerado de cidades como Londres ou Paris, as ainda bucólicas cidades nordestinas não podiam se comparar por estarem muito aquém dessas transformações. Assim, considerando essa afirmação, a modernização na cidade de Campina Grande esteve mais associada à instalação de equipamentos modernos, como o trem, a luz elétrica, o cinema, o primeiro veículo automotivo, do que propriamente à mudança frenética do ritmo de vida ou de mentalidades.

As inovações campinenses durante décadas foram mais restritas às zonas centrais da cidade e, quando chegava uma novidade como a luz elétrica ou a água encanada, por exemplo, a população campinense mais pobre via com espanto e anseio, mas sabia que até essa novidade chegar as suas casas seria sonho distante. Assim, muito embora o pobre não pudesse desfrutar da novidade de imediato, ele o desejava, e buscaria conseguir com esforço do seu trabalho. Para os populares da Campina Grande da primeira metade do século XX, ter um equipamento moderno significava mais algo que melhoraria sua qualidade de vida, do que

¹⁰Uso aqui o conceito de representação trabalhado pelo historiador francês Roger Chartier. O referido autor usa este conceito para explicar o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais. (Chartier, 1990:16) A construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. (Chartier, 2002:73)

¹¹ Para Marshall Berman (2007), o pensamento moderno ocidental sobre a modernidade é dicotômico, dividindo-se em modernização e modernidade. O primeiro refere-se à economia, política, enquanto o segundo refere-se aos fatores culturais e mentais.

meramente um luxo. Falando sobre como os populares burlam os limites estabelecidos e passam a fazer usos de elementos da modernidade Sevcenko (2004) menciona:

A modernidade, afinal de contas, chegava diferente, em proporções imensamente desiguais, mas atingia a todos. O que cada um fazia com o que obtivesse era um novo fator aleatório e estranhamente imprevisível. Os perfis começaram a ficar enevoados e os papéis a se embaralhar. O fato é que as populações excluídas aos poucos vão se apercebendo de que é possível dispor de elementos dessa modernidade para reforçar as características de inflexibilidade, jogo e reajustamento constantes, que sempre lhes garantiram maiores oportunidades no confronto social, mas que precisamente as novas políticas de controle, segregação e cerceamento das cidades planejadas procuravam tolher. Havia, portanto elementos nessa modernidade que depunham contra, mas outros que poderiam se aproveitados na sua gestão por melhores oportunidades e recursos (...). (SEVCENKO, 2004, p.61).

Essa modernidade na cidade foi impulsionada pelo apogeu do comércio algodoeiro, e a prosperidade da cidade atraía pessoas das cidades vizinhas, principalmente os que viviam a dificuldade das secas no campo. Por volta da década de 30 do século XX, muitos jornais da época, a exemplo do jornal Comércio de Campina, noticiavam a situação dos trabalhadores rurais paraibanos:

...Há *quasi* cinco anos que padecemos: Invernos sempre escassos, quase nenhum. As plantações que se fazem nas primeiras chuvas não resistem a forte e prolongada estiagem...O pequeno agricultor agregado as propriedades, moradores rendeiro, fica sem recurso e sem alimento.” (JORNAL COMÉRCIO DE CAMPINA :Ano I, número 5, 16 abril de 1932).

Em meio à seca e à fome, centenas de famílias, em sua maioria, oriundas do Cariri paraibano, vieram para Campina Grande em busca de emprego nas fábricas ligadas ao comércio do algodão, e é justamente nessa época que grandes fábricas se instalaram na

cidade, mais especificamente no entorno do bairro da Liberdade, a exemplo da Marques de Almeida (1922), Anderson Clayton (1934) e SANBRA (1935). As fábricas para os populares, talvez fossem um dos símbolos modernos mais acessíveis na cidade, já que eram criadas exatamente para explorar a mão de obra deles.

É nesse cenário que o bairro da Liberdade começa a ser povoado, já que em suas imediações localizava-se a SANBRA, que oferecia centenas de empregos. Geralmente, as famílias enviavam um dos seus parentes para morar aqui, para ver se realmente valia a pena deixar tudo e se estabelecer na nova cidade, e quando se certificavam que tudo estava preparado para sua vinda, famílias inteiras vendiam tudo o que tinham e compravam um terreno pequeno no bairro, já que era perto do trabalho e era barato. Vejamos alguns relatos de antigos moradores do bairro da Liberdade, e de ex-operários sanbrinos que migraram do Cariri para o agreste:

“Nós era de São João do Cariri e se mudamos pra cá. A Liberdade foi o lugar onde nós chegemo primeiro. Toda família veio”.¹²

“Vim pra Campina Grande em 1945. Eu morava em Esperança, ai minha mãe resolveu vim morar aqui. Eu tinha 15 ano, e a gente não tinha emprego e a situação era muito ruim, muito ruim mesmo”.¹³

“Daí com 18 ano vim morá aqui em Campina a fim de trabaiá”.¹⁴

“Vim morá com 7 ano na Liberdade, lá na rua Odon Bezerra. Mãe vei embora de Umbuzeiro...”.¹⁵

“Cheguei aqui em 1943. Eu vim de São João do Cariri...”.¹⁶

“Moro aqui na rua João Maria há 50 ano, acho que mais de 50 ano...Cheguei nessa rua com 9 ano [Rua Santa Catarina], vindo de Soledade”. “Meus pais viero trabalhar por causa da seca no nosso sítio”.¹⁷

¹² Maria de Lurdes da Silva, irmã de um ex-operário sanbrino.

¹³ Maria Cely de Souza, ex- operária sanbrina.

¹⁴ Maria das Dores dos Santos, ex- operária sanbrina.

¹⁵ Maria Lurdes Gonçalves, irmã de um ex-operário sanbrino

¹⁶ José Herculano, garçom aposentado, morador do bairro da Liberdade há mais de 50 anos.

¹⁷ Decidi compilar vários depoimentos, para que as sensibilidades e detalhes de cada um deles pudessem ser percebidos, assim com as diversidade de motivos e intensões que fizeram essas pessoas firmarem moradia no bairro.

Há mais de 70 anos atrás o bairro da Liberdade não passava de um espaço de áreas rurais quase inabitadas, que serviam apenas como plantações. Poucas ruas empoeiradas, poucas casas de taipa. É muito comum nas narrativas, os antigos moradores se referirem ao bairro fazendo alusões às suas condições precárias e por ser atrasado em relação aos outros bairros “mais desenvolvidos” de Campina Grande. As melhorias estruturais alcançadas pelos outros bairros das elites, tais como: a pavimentação das ruas, o abastecimento de água e a luz elétrica, só vieram a ser implantadas no bairro muitos anos depois. O relato a seguir demonstra como o bairro da Liberdade estava distante da modernidade que os moradores almejavam naquela época:

No começo do bairro da Liberdade não tinha água, aí nós tinha os carregador de água, que carregava água no jumento, e a gente comprava. Chamava de carga d'água. A gente só via as carroça pela Liberdade. Tinha um chafariz ali perto do quartel dos bombeiro hoje, e era de onde trazia água, isso em 1947. Quando não tinha água em Campina de jeito nenhum vinha de trem; eu era menina ainda...¹⁸

Ainda falando sobre o bairro, e como era a experiência do morar nele, a antiga moradora Maria de Fátima Lima declarou: “Faz uns 50 ano que moro aqui. Quando cheguei aqui, isso aqui era muito atrasado. Quase num tinha casa...”. Em outro depoimento José Paulino de Alcântara, amplia ainda mais o cenário de nossa memória e imaginação, ao descrever a paisagem do bucólico bairro em formação: “A Liberdade era cheia de roçado de *pé de cumatí*, e de *caiera* pra fazer tijolo pra construí casa.”

O grande estimulador do crescimento do bairro da Liberdade foi o estabelecimento da fábrica SANBRA na antiga Avenida Liberdade, atual Avenida Assis Chateaubriand - Lembrando que a sede da fábrica era localizada, desde sua fundação em 1935, onde hoje é o supermercado Hiper Bompreço, sendo esta parte da SANBRA conhecida pelos trabalhadores sanbrinos como “SANBRA velha”, já quando o escritório é movido para a Liberdade, ganha o nome de “SANBRA nova”¹⁹ - A SANBRA foi o que fez florescer o bairro, provocou seu

¹⁸ Maria Otávia Batista, antiga moradora do bairro da Liberdade.

¹⁹ Ver anexos, página 86, anexo 1.

aumento populacional, além de estimular direta ou indiretamente a sua expansão e a criação de vários espaços. Como os trabalhadores vinham e se estabeleciam no bairro, buscaram criar espaços necessários para suprir suas necessidades básicas. Sobre isso Henrique Walderban de Menezes, antigo gerente da fábrica SANBRA disse: “A SANBRA ajudou o bairro da Liberdade em todos os sentidos. Era a empresa que tinha emprego pra dar aqui... A parte socioeconômica da SANBRA no bairro e na cidade era muito grande”.

A experiência de morar e pertencer ao bairro foi mudando ao longo das décadas do século XX, à medida que os moradores buscaram tornar os espaços menos atrasados, mudando a fisionomia arquitetônica das suas casas. A utopia da modernidade na cidade era muito forte pelo momento próspero que esta vivia, e isso fazia parte também do imaginário dos moradores da Liberdade, sendo relevante considerar que gradativamente os conceitos modernos foram sendo apropriados pelos populares. Em seus relatos é visível o desejo de ser moderno, de estar inserido na experiência urbana campinense. Eles buscavam o pertencimento a esse imaginário coletivo do consumo das novidades, através das caminhadas pelo centro da cidade para adquirirem objetos modernos nas lojas, bem como por meio de iniciativas que contribuíssem para elevar a Liberdade à categoria de um bairro moderno, seja fazendo melhoramentos em suas habitações, seja criando mercearias, barbearias... Urbanizando assim, este espaço popular, de modo a se distanciar cada vez mais dos resquícios do mundo rural e se identificando progressivamente com as subjetividades cidadinas. A Liberdade rural era o que se queria negar em defesa do ideal moderno imaginado em Campina Grande naquela época. No depoimento de Maria Otávia Batista, moradora antiga do bairro da Liberdade é possível perceber essas ideias: “(...) Ali onde tem aquelas casas bem bacaninha na Rua Pernambuco, era casa de taipa. Aí o povo foi comprando e comprando e construindo umas casinha melhor, aí elevou o bairro...” O bairro da Liberdade representava o “novo lar” dessas pessoas, e a sua parte na cidade. De acordo com Certeau (1999):

Ora, o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se, portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo de todo mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço(...).(CERTEAU, 1999, p.40).

Para a grande maioria dos moradores do bairro da Liberdade que não possuíam condições financeiras de construir uma casa de cimento e tijolos, era na casinha de taipa pequena e simples, que o novo morador encontrava seu refúgio, seu lugar de aconchego e descanso. Sua casa representava o lugar mais íntimo. O bairro se tornou ao longo do tempo seu, mas a casa era o seu habitat imediato.

O bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (*o espaço privado de residência*) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo): existe uma relação entre a apreensão da residência (um “dentro”) e a apreensão do espaço urbano ao qual se liga (um “fora”). (CERTEAU, 1999, p.42)

Dentre as transformações urbanas, talvez a primeira grande transformação experimentada no bairro da Liberdade tenha sido a mudança dos nomes de algumas ruas e a criação de outras. As ruas antigas foram nomeadas pelos moradores, e algumas ainda continuam a ser chamadas pelos antigos nomes, embora possuam um nome oficial nos registros da prefeitura. Uma delas é o Beco *Califon*, nome dado pelos moradores há mais de 60 anos, e que tem como nome oficial Rua João Maria, sendo que poucas pessoas hoje a conhecem por esse nome. Outro caso semelhante foi o da famosa “Rua do Fogo”, que mesmo tendo o nome oficial de Rua 24 de Maio, hoje os moradores ainda “teimam” em chamar pelo seu nome antigo. Já em relação a outras ruas, os moradores rapidamente adotaram e assimilaram os nomes oficiais, como foi o caso da Rua Martins Júnior que foi conhecida na década de 30 como Rua Luís Batista. Sobre uma dessas mudanças, Maria Otávia Batista²⁰ declarou: “No meu tempo a Rua São Paulo chamava a Travessa do Sol. Doutor Elpídio quando foi prefeito é que batizou as rua aqui tudim... A rua mais antiga é a Martins Júnior...”. Maria de Lurdes Lima, outra moradora antiga do bairro, acrescentou:

Mudaro o nome de muitas ruas. Quando me casei, mudaro o nome da rua Maranhão, hoje é

²⁰ Depoente citada na referência 13.

Gilberto Pereira. Já existia a rua do Fogo, e o Beco Califon. A Avenida Assis Chateaubriand era Avenida Liberdade. Isso tudo aqui era campo de iame, e lá em cima na rua São Paulo tinha um cinema...

As mudanças dos nomes das ruas representavam “a modernidade” chegando ao bairro, mas isso não impedia que os nomes antigos permanecessem na memória e no falar dos antigos moradores como uma tática que burlava o estabelecido. No entanto, as grandes transformações nos espaços físicos do bairro da Liberdade ocorreram mais tarde na década de 50, período de grande apogeu da SANBRA e de intenso povoamento e investimentos no bairro. Nessa época foram construídas a Igreja Santa Filomena (1956), a Igreja das Graças (1957), o Grupo Escolar Murilo Braga (1952) e o tão aguardado Mercado Público da Liberdade (1959). Cada um desses espaços tinham significado especial para moradores, a exemplo de Maria Otávia Batista, que assistiu o processo de construção até conclusão, da primeira igreja do bairro da Liberdade:

Lá onde tem o Murilo Braga tinha um riacho, quem construiu aquele colégio foi Doutor Plínio Lemos... Uma mulher muito rica que morava no centro, era a mãe de Doutor Nilton Rique e que construiu a Igreja de Santa Filomena. Fez a igreja pra presentear a Liberdade. Ela era rica.²¹

Para moradores como Irene Cardoso, pessoa religiosa e participante de um grupo de idosos ligados à Igreja Católica, a construção das duas capelas no bairro da Liberdade, foi marcante em sua vida:

(...) Muitos anos depois deu chegar aqui, construído o Mercado da Liberdade. Uns dois anos depois foi construída a Capela de Santa Filomena. Eu morava bem pertinho. Já pra Igreja das Graças passaram uns 8 à 10 anos construindo no terreno de Pedro Serrão. Vi quando botaram a pedra fundamental, foi Pedro Serrão, e a

²¹ Maria Otávia Batista, antiga moradora do bairro da Liberdade.

gente ia pra li e assistia a missa debaixo de um pereiro, um pé-de-árvore...

Entretanto, dentre as depoentes femininas ligadas aos espaços religiosos, a que se envolveu mais diretamente na consolidação das igrejas, em especial da Paróquia Nossa Senhora das Graças, foi a moradora do bairro da Liberdade, Severina Soaris de Oliveira, mais conhecida por Dona Nissinha. Em um trecho de seu depoimento a seguir, ela descreve um pouco do processo de edificação da conhecida Igreja das Graças:

Ali onde era a Santa Filomena, era uma capoeira de jurubeba, depois foi feita aquela capela. Não tinha mercado, não tinha nada lá. Depois fizeram um campo de futebol, aí foram construindo casa. A Igreja das Graças era uma mata antes. Padre Pedro Serrão era da Igreja da Guia, e ele tinha um sonho que tinha que construir uma igreja, e era uma igreja grande. Esse terreno foi doado. Então, eu me lembro quando levaram a primeira pedra, quando construíam. Daí fizeram uma procissão e saiu todo mundo pra levar a primeira pedra. Foi o povo que construiu a igreja. O pessoal dava tinta, cimento, pedra...

Construir as igrejas significava ter no bairro, naquele momento, espaços de adoração sem ter que se deslocar para outros bairros para “encontrar Deus”. A construção da Igreja das Graças diferente da Igreja Santa Filomena, foi mais significativa, pelo fato de haver sido construída pelo povo da Liberdade que doou desde os materiais de construção até a mão de obra. Ela representou uma obra de suas mãos, algo que era realmente seu e para seu benefício.

O Mercado Público da Liberdade também foi importante para o bairro na medida em que facilitou a obtenção de víveres alimentícios, mas o detalhe mais importante era a sociabilidade que o mercado produziu. Era no mercado que todos se encontravam, velhos, jovens, crianças, não excluindo ninguém por gênero nem faixa etária. No entanto, em relação ao comércio, já naquela época passou a haver certa divisão sexual segundo responsabilidades. Os homens ficaram ligados ao açougue e as mulheres às raízes e aos hortifrutigranjeiros. Hoje essa divisão já não é tão acentuada como nas primeiras décadas de funcionamento do mercado, mas ainda existe. Falando sobre a importância do mercado para um bairro Certeau enfatizou: “Tradicionalmente o mercado é um importante ponto de referência sociológico para

a compreensão das relações humanas no interior da prática do bairro (...). (CERTEAU, 1999, p.158)

Acompanhando essas construções que vieram adornar o bairro, muitos pequenos estabelecimentos foram criados na década de 50 para facilitar a vida dos moradores, de forma que os itens de primeira necessidade diários pudessem ser encontrados no bairro. Muitas bodegas, mercearias, que tinham de tudo, socorriam as famílias. Era tudo muito tradicional, sendo possível “comprar fiado” e anotar as dívidas na caderneta. Existia uma relação de confiança porque o vendedor-proprietário conhecia bem os vizinhos-clientes. Um desses estabelecimentos ainda existe hoje no bairro com o mesmo nome do proprietário original já falecido, mas vendendo outras especialidades, é a loja de *Biu Daniel*. Outro exemplo de estabelecimento daquela época que ainda existe é a Loja de Miudezas do *Seu Vino*, sendo que este ainda mantém sua proposta original de vendas. Os estabelecimentos da época, diferente dos de hoje, que tem nomes de fantasia, eram chamados segundo o nome ou apelido do dono.

Tinha muita mercearia aqui. Tinha a do Seu Biró, tinha a do Seu João, Seu Sinhozinho, Seu Biu Daniel, e tudo isso a gente chamava bodega. Biu Daniel era nessa esquina onde é o Bar do Queiróz hoje.²²

Faz muito tempo que moro aqui... Ô tempo bom era aquele! Só tinha eu e Misael das Miudezas. Hoje o comércio tá muito fraco.²³

Havia também, é claro. os espaços criados para o lazer aceitável: os bares, estabelecimentos pelos quais a Liberdade foi conhecida no passado e é até hoje pela grande quantidade deles. Era para eles que os homens operários iam cotidianamente depois de um dia de trabalho. Outro tipo de lugar que os homens iam para ceder aos voluptuosos desejos da carne, lugares inaceitáveis formalmente, mas que sua existência era sabida por todos e tolerada, eram identificados como “Casa da Luz Vermelha”, onde “moça de família” não entrava, e onde os homens eram bem-vindos para divertirem-se, terem prazer e afogarem suas mágoas e tristezas. Esses eram “lugares dos homens”. Falando sobre essa organização sexuada dos espaços públicos Certeau menciona:

²² Depoimento dado por Adalto Moísinho, em novembro de 2012. Adalto foi operário sanbrino, e é mora no bairro da Liberdade há mais de 50 anos.

²³ Depoimento dado por Severino Luís Camelo, mais conhecido no bairro da Liberdade por Seu Vino, o qual possui uma loja de variedades há quase quarenta anos, localizada na rua Espírito Santo, no bairro da Liberdade.

Alguns lugares do bairro são mais especificamente marcados por este ou aquele sexo. A oposição bar/comércio é deste ponto de vista, exemplar. O “bardo bairro”-que se deve distinguir do “bar de passagem” cuja função é bem outra-pode ser considerado, sob certos pontos de vista, como o equivalente da “casa dos homens” das sociedades tradicionais. (...) Ao contrário, o pequeno estabelecimento comercial desempenha o papel de uma “casa de mulheres” onde aquilo que se convencionou chamar de “feminino” encontra o lugar do seu exercício: um bom bate-papo, notícias familiares, conversas sobre a gastronomia, a educação dos filhos etc.(CERTEAU, 1999, p.57).

Atividades como a prostituição eram toleradas e “fechavam-se os olhos” para elas. Eram geralmente atividades noturnas. No entanto, quando “algo suspeito” acontecia durante o dia era inaceitável segundo os códigos de conduta e normas sociais. Não era conveniente agir assim em público e nem em plena luz do dia. As profissionais do sexo eram facilmente identificadas, pelas roupas que vestiam e pela maquiagem, como é mostrada no relato de Dona Fátima, moradora antiga do bairro da Liberdade e filha de um ex- operário sanbrino: “A gente conhecia uma ‘mulher da vida’ de longe. Ela usava roupa apertada e curta. A subrancelha era fina demais e o batom e as unha era tudo vermelha.”²⁴

Em contrapartida, os “lugares das mulheres” eram suas casas e a das vizinhas onde aconteciam as conversas, além das igrejas, mercado e mercearias, muito embora as mulheres trabalhadoras pudessem transitar por muitos outros espaços, à medida que os limites entre os lugares femininos e masculinos no bairro se afrouxavam. De certa forma, as mulheres que trabalhavam podiam fazer certas coisas que as do lar não faziam, por estas (as do lar) serem mais relegadas ao privado, e de não terem como as trabalhadoras atravessado a barreira do público. No entanto, é importante ressaltar que a obediência aos padrões de moralidade na época era rígida. As conveniências sociais eram fortemente respeitadas. Uma frase era comumente dita entre as recordadoras: “Moça de família não ficava até tarde na rua.” Sobre essas convenções Certeau diz:

(...) A prática do bairro é uma convenção coletiva tática, não escrita, mas legível por

²⁴ Entrevista concedida por Maria de Fátima de Assis, moradora antiga do bairro da Liberdade, se referindo aos comportamentos, e códigos de conduta da década de 60.

todos os usuários através de códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos “excêntricos”, as pessoas que “não são/fazem” como todos nós. Inversamente, é ela a manifestação de um contrato que tem como contrapartida positiva: possibilitar em um mesmo território a coexistência de parceiros a priori não ligados. Um contrato, portanto uma coerção que obriga cada um para que a vida “coletiva pública”-o bairro- seja possível para todos. (CERTEAU, 1999, p. 47).

Do mesmo modo que uma profissional do sexo era excluída socialmente, quando uma moça de família era “desonrada” na Liberdade das décadas de 50 e 60, ela era marginalizada, sendo expulsa de casa ou tendo que se casar imediatamente. Todo desvio de conduta era severamente punido. Sobre isso Maria de Fátima diz: “Quando eu era mocinha soube de um caso de uma moça que foi desonrada por um home viúvo. Ela foi expulsa de casa. O pai obrigou o viúvo a casar com ela.”²⁵

Para todo bom pai, operário ou não, seu maior desejo era de que sua filha, seu bem mais precioso, pudesse se casar com um rapaz trabalhador, que nunca a fizesse passar necessidades, como explica Martins (2008): Os pais rezavam para que suas filhas casassem com homens trabalhadores; não porque as quisessem necessariamente casadas com operários, mas para que não faltasse à mesa da nova família o pão nosso de cada dia (...). (MARTINS, 2008, p.117)

Voltando a falar sobre o lazer no bairro da Liberdade, havia um tipo de atividade que era voltada para a família e que era realizada na vizinhança todos os domingos, eram os chamados “assustados”. A cada domingo um dos vizinhos era responsável pela festinha que era composta só de dança, nada de comidas ou bebidas, só dança, que tinha horário para se encerrar “antes da meia-noite”. Quando terminava o assustado na casa de um dos vizinhos, já ficava marcado quem seria o próximo a abrir as portas da casa para os vizinhos na semana seguinte. Os assustados foram muito comuns na Liberdade entre as décadas de 50 a 70.

²⁵ Depoimento de Maria de Fátima de Assis, moradora do bairro da Liberdade.

A gente se arrumava da forma mais bonita que a gente podia. Minha mãe dizia antes da gente ir: Olha Fátima e Guia num assustado a gente num pode recusar dançar com ninguém, pode ser o cabra mais feio que tiver! Era um máximo você dançar com o rapaz que você tava flertando a noite toda. O povo ficava olhando quando você dançava mais de uma música com um rapaz, pois dali ia sair namoro.²⁶

Um hábito comum naquela época e ainda presente, hoje, no bairro da Liberdade é o da reunião dos vizinhos nas calçadas para conversarem ao fim da tarde. Essa era e é uma prática majoritariamente feminina. É nesse momento que a vida alheia é comentada e observada, por olhares atentos e curiosos.

Mesmo com todas essas novidades no bairro nas décadas de 50 e 60, as novas sociabilidades e o movimento aumentando cada vez mais, estimulados pelo progresso da SANBRA; a Liberdade ainda não tinha alcançado o patamar de moderno. Ainda não havia abastecimento de água, pavimentação de ruas e nem mesmo energia elétrica. O único meio de transporte era o ônibus que não passava na Liberdade com frequência. Falando sobre isso, Adalto²⁷, ex- operário da SANBRA relembra:

Na Rio de Janeiro era onde passava o ônibus de tempos em tempos. Era a empresa Borborema e a empresa Neves. No tempo do inverno a gente saia de calça arregaçada, porque a lama dava no meio das perna. É por isso que essa rua chama rua Alagoas porque virava uma lagoa mesmo!

Até mesmo os jornais da época alertavam para as condições precárias dos bairros mais populares como o da Liberdade. Em uma matéria intitulada “Os Bairros das Cidades estão Abandonados”, o jornal Evolução de 1959, mostrava a situação dos bairros na época:

As reclamações que nos chegam são insistentes e já denota numa certa revolta por parte dos habitantes da zona suburbana. Uma das principais reivindicações é o calçamento imediato das ruas de cada bairro,

²⁶ Idem, referência 18.

²⁷ Adalto Mosinho, ex-operário sanbrino.

especialmente aquelas por onde transitam os transportes urbanos. Com efeito, não se admite que numa cidade como a nossa, considerada como uma das maiores e mais populosas do Brasil, não exista sequer uma rua do bairro com calçamento. Apesar da existência da adutora de Boqueirão o problema da água ainda é angustiante. Milhares de pessoas vivem ainda dependendo das filas intermináveis nos chafarizes escassos da nossa cidade... (JORNAL EVOLUÇÃO, Ano I, n.14/ Maio de 1959)

Foi só no fim da década de 50 que a energia elétrica chegou a quase todas as casas, e apenas na década de 60 que as ruas foram pavimentadas e finalmente os moradores tiveram acesso ao abastecimento de água encanada. Essas modernidades eram vistas com entusiasmo pelos moradores: “Vixe ! Foi o máximo ver aqueles homens calçando a Liberdade. Nós ficamos satisfeito demais... A gente tinha rua calçada!”²⁸.

A década seguinte, até 70, foi marcada pela criação dos espaços de lazer voltados para os jovens, que representavam a segunda e a terceira gerações depois dos trabalhadores pioneiros do bairro. Eles nasceram e foram criados no bairro e desfrutaram de certos confortos e liberdades que seus pais não tiveram. Um dos exemplos de mobilização dos jovens em torno de uma causa foi a criação da Escola de Samba Unidos da Liberdade. Veremos à seguir o depoimento de Maria de Lurdes de Oliveira, a principal fundadora da escola e a referência do carnaval na Liberdade até hoje.

Fundamos a escola de samba eu, Zé Neto, Nilson, Burrego e Catarina. As fantasia era nós que fazia. Todo mundo fazia porque a gente num tinha dinheiro. Quando começou a Micarande se acabou tudo! Sinto muita falta de muita coisa do passado da Liberdade. Hoje a gente num pode nem colocar uma escola boa na rua de jeito nenhum.²⁹

Não se pode esquecer que muitas destas transformações no bairro da Liberdade foram influências indiretas da SANBRA, ela estimulou o povoamento do bairro por ser a fonte de sustento dos trabalhadores. Algo que a SANBRA foi responsável diretamente, foi a criação da Escola Augusto dos Anjos (1963) “para a alfabetização dos filhos dos operários”. Essa escola

²⁸ Trecho do depoimento de Maria de Fátima de Assis, moradora antiga do bairro da Liberdade.

²⁹ Maria de Lurdes de Oliveira, fundadora da Escola de Samba da Liberdade.

ainda se encontra em funcionamento hoje, e foi doada pela SANBRA ao Governo do Estado quando a fábrica estava entrando em falência no início da década de 80.

Quando eu vim trabalhar nessa escola, ainda era orientada com o pessoal da SANBRA. Ela foi construída pela SANBRA para facilitar a vida dos operários. A contrapartida do Estado foi dar os professores, mas o prédio foi construído pela SANBRA, todo mobiliado e até a merenda a SANBRA dava! O grupo abria para a comunidade certo número de vagas, mas foi criada para os filhos dos operários. No governo de Ronaldo Cunha Lima, a SANBRA doou o grupo ao Governo do Estado. Dai ele passou a ser totalmente orientado e organizado pelo governo. Ele hoje pertence ao governo. Na época eu era professora, e ainda encontrei a SANBRA orientando tudo aqui né. Administrando tudo. Funcionários eram pagos pela SANBRA e treinados por ela. Comecei a trabalhar aqui em 80. Brinquei o São Pedro aqui quando era pequena e depois voltei como professora.³⁰

A SANBRA deixou memórias não só para os seus antigos operários, mas também para os moradores da Liberdade, era a memória sonora do “apito”. O parque fabril da SANBRA dispunha de uma sirene chamada pelos operários e moradores do bairro como o “apito da SANBRA”, o qual, segundo Henrique Walderban de Menezes (antigo gerente): “O toque tinha uma potência espetacular!”. Esse som era ouvido não só no bairro da Liberdade, mas também em outros bairros adjacentes e ditava o tempo de entrada e saída dos funcionários da fábrica. Era encarado por alguns operários como algo bom que guiava o tempo deles, como foi para Maria das Dores dos Santos, ex-operária sanbrina: “Eu achava bom o apito. O apito me orientava, eu sabia quando ia sair e quando ia entrar...”. Para outros operários como Maria Cely de Souza, o som do apito não era tão agradável: “Ó aquele apito... Eu dizia pra mim mesma: Meu Deus quando me virei livre deste apito, de ser escrava deste apito... Eu saía correndo quando ouvia.”

Já para alguns moradores que não trabalharam na fábrica, o som do apito não foi algo lembrado, como o caso de Dona Irene que morava na Liberdade na época de funcionamento da SANBRA e não se lembra do som do dispositivo. E por que não recorda? Talvez porque

³⁰ Alda Mendonça, diretora da Escola Municipal Augusto dos Anjos.

não foi um fator relevante em sua vida. Isso é um exemplo de como se deu a incidência desse fato no cotidiano dessa recordadora. Cada pessoa percebe e internaliza um acontecimento de forma diferente uma da outra. Lembra ou esquece o que é pertinente ou não para ela naquele momento. Outro fato interessante sobre o apito da SANBRA é que de acordo com a intensidade, ele poderia ser distinguido pelos operários. Havia os sinais sonoros costumeiros de entrada e saída de funcionários, mas havia o sinal mais temido que tinha um som mais forte, era o som que indicava que havia acontecido algum acidente na fábrica.

Quando se ouvia um sinal como esse, tanto os operários quanto os moradores do bairro ficavam apreensivos, como é demonstrado no depoimento de José Paulino de Alcântara, ex-operário sanbrino, e irmão de um operário morto em um acidente na SANBRA: "(...) Disparou aquele apito de alarme, estrondoso. Ele apitava quando acontecia acidente... Fiquei arrepiado e disse pra mim mesmo: Aconteceu um acidente, e pode ser gente minha... Quase uma hora ficou apitando, e até de Bodocongó dava pra escutar." Falando sobre as representações que as sirenes das fábricas têm para os operários (Martins, 2008): "(...) os apitos das fábricas se distinguiam entre si. Era possível saber que fábrica estava apitando pela peculiaridade do seu apito. No fundo cada fábrica chamava seus operários por meio de um sinal sonoro próprio, que eles identificavam com facilidade...".

As lembranças dos sons como o do apito são muito reais, mas os silêncios também são lembrados pelos ex-operários e moradores antigos. Silêncio representava descanso, geralmente os domingos e os dias de folga. Os silêncios da fábrica, também representavam a chance de poder ouvir outros sons ofuscados pelo apito, como menciona (Martins, 2008):

Havia silêncios domingueiros e dos dias santos de guarda e feriados. As fábricas trabalhavam de segunda a sábado. Paravam no domingo ou diminuía acentuadamente suas atividades. Domingo era diferente, porque logo de madrugada se podia ouvir o galo cantar, claro e alto, um canto comprido, sossegado, de quem acordava os outros, mas ainda estava com sono (...). Nas manhãs de domingo e dias santos, ouviam-se, melhor do que nos dias de semana, fortes e solenes, os sinos da Matriz Nova e, como que lhe fazendo eco (...). Era o silêncio de roça ou, do que da roça restava no subúrbio... (MARTINS, 2008, pp. 111-112)

Os fins de semana eram talvez os dias mais esperados pelos operários sanbrinos e suas famílias, pois eram momentos de estar com as famílias, divertir-se nos forrós e assustados,

colocar em ordem as coisas da casa executando algum “serviço” que precisava ser feito. Esses dias eram as oportunidades dos trabalhadores fugirem da rotina do trabalho, apesar de o trabalho estar sempre em suas mentes, os acompanhando, conforme observei em suas narrativas.

Esses são relatos de pessoas comuns, com experiências cotidianas que nos ajudam a entender épocas passadas. De certo modo os relatos são ferramentas para se alcançar situações que nunca teríamos acesso de outro modo. Eles viram e veem a cidade, o bairro e o trabalho de forma diferente do que vemos, pois eles os vivenciaram. Eles foram os “construtores de pontes” para nós num tempo em que não se tinha muita coisa, e hoje desfrutamos dos privilégios, das modernidades que muitos deles não tiveram, e que prepararam para nós. O quanto devemos a eles e quanto precisamos nos voltar para eles.

1.2 A SANBRA historicizada

A Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro- SANBRA - foi a companhia mais bem sucedida entre as que se estabeleceram em Campina Grande. Ela era parte da grande multinacional de origem holandesa- Bunge, que veio para o Brasil em 1905, quando se associou a um grupo de empresários de Santos-SP, que estavam implantando o primeiro moinho de trigo. Na época todo o trigo era importado e a Bunge adquiriu a exportadora Cavalcante & Cia, transformando-a em SANBRA em 1920, a qual passou a exportar algodão, mamona, carnaúba e sisal. Em 1920 a construção da SANBRA na cidade foi autorizada pelo então, presidente do Brasil na época, Epitácio Pessoa.³¹

Essa multinacional se estabelece em Campina Grande em meio a um cenário bastante complexo no que diz respeito à cena política. Na década de 30 a cidade passava por um período eleitoral de muitas divergências e disputas entre as antigas e as novas oligarquias. Além disso, segundo Falcão (2002), “a Paraíba perderia a sua condição de maior produtora de algodão do país... estando o estado flagelado pela seca”. Rapidamente o Governo do Estado toma medidas, implementando novas técnicas de cultivo, buscando sementes e profissionais no sudeste que pudessem ajudar os produtores do algodão a elevar a qualidade dos seus produtos, pois o algodão consistia em sua principal riqueza. Assim, frente às iniciativas do governo a SANBRA começa a edificar suas instalações. No ano de 1935 a SANBRA se instala em Campina Grande tendo como sede (escritório) o prédio de número 85 na Avenida

³¹ Ver anexos, página 86 (anexo 2).

Barreto, onde hoje fica localizado um famoso supermercado da cidade. Gradativamente, a SANBRA foi se expandindo em direção ao bairro da Liberdade e lá montando armazéns e pequenas fábricas de beneficiamento de algodão e agave (sisal). A parte da SANBRA localizada na Avenida Almeida Barreto, nas proximidades do bairro da Estação Velha e na parte leste do bairro da Liberdade se constituiu como a primeira fase sanbrina, a qual os operários fazem menção como a “SANBRA velha” sendo que essa fase durou até o início da década de 50, quando foi concluída a construção dos prédios localizados na Avenida Liberdade (atual Avenida Assis Chateaubriand), dando início à segunda fase da SANBRA. Quando a sede da SANBRA muda para a Liberdade passou a ser conhecida pelos operários como a “SANBRA nova”.

Uma das razões da mudança da sede da SANBRA para o bairro da Liberdade, além do crescimento da fábrica, foi segundo Seu Braz “um incêndio em um dos armazéns na Avenida Almeida Barreto”, esse armazém era justamente o que fazia parte do escritório. A SANBRA acompanhava o espírito de modernidade vivido em Campina Grande. Ela mesma era um símbolo do que era ser uma empresa moderna, frente às outras empresas locais com maquinários velhos e defasados. Falando da fábrica como símbolo do moderno, Diniz (2004) mostra:

A modernidade construiu uma imagem idílica sobre a fábrica. Procurou demonstrar que a fábrica era o lugar por excelência em que a potencialidade criadora do trabalho, bem como a produtividade, eram ilimitadas, com o emprego da máquina(...). O discurso modernizador, na sua vertente econômica, procurava divulgar uma imagem de novas fábricas como um exemplo de organização para a sociedade. (DINIZ, 2004, p.32; 130)

Quando a SANBRA chegou à cidade, havia poucas fábricas de grande porte no beneficiamento de algodão e muitas empresas de pequeno porte. A SANBRA causou o fechamento de muitas dessas empresas, o que provocou uma série de protestos dos empresários locais, que viram seus pequenos negócios desmoronarem. Grandes empresas como a SANBRA monopolizavam o comércio e dispunham de maquinário superior aos seus. Um dos jornais da época pode exprimir o tom de insatisfação desses empresários:

(...) inimigo à vista, grandes povos dotados de maior vulto de capitais que iriam assim devorar produtores e comerciantes locais que só tinham a acudi-los os favores do estado e a persegui-los já bastava a dura concorrência de São Paulo (...) o imperialismo capitalista que poderá estabelecer o controle do emprego num asfíxiante monopólio de fato da maior reserva econômica do nosso estado.(JORNAL A UNIÃO, 13 de Maio de 1935,p.2)

A SANBRA também criou mitos entre seus operários quanto às suas origens, e sobre quem eram seus proprietários, conforme nos relatou ex-trabalhadores da fábrica:

Os donos da SANBRA eram judeus americanos. Só quem via eles eram os gerentes-gerais (...).³²

A SANBRA basicamente era parte do que hoje é a Bunge, empresa que produz margarina. A SANBRA era de origem alemã e na Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro quis tomar conta de tudo porque era inimigo do governo alemão. Ai colocaram as fábricas no nome de Raul Scheneider e ele era gerente-geral que morava no Recife e era alemão. Ai a SANBRA pra não perder tudo botou os bens no nome dele.³³

Em pouco tempo a SANBRA alcançou o patamar de maior empresa do seu gênero na cidade. Na SANBRA eram beneficiados dois principais produtos: o algodão e o sisal. Nos armazéns que se localizavam na Avenida Almeida Barreto e onde hoje é localizado os fóruns de Campina Grande (os armazéns eram chamados de Vasco) eram a área do sisal, produto que era chamado pelos operários de agave. Henrique, Walderban de Menezes, ex-gerente da SANBRA e responsável pelo setor do agave (sisal), explica porque existia a diferença entre os dois termos-agave e sisal. Ele diz: “Lá no campo ele é agave, quando tá na planta. Quando ele é *desfribado*, lá nas máquinas manuais e vem para ser beneficiado nas usinas, então é sisal. Sisal são fibras de agave...”. O trabalho na área destinada ao agave consistia na seleção e revisão, desatamento dos molhos (buchas) e no batimento. Falando sobre beneficiamento do agave, o ex-gerente da fábrica de sisal da SANBRA continua: “O sisal era classificado por

³² Depoimento de José Braz Albuquerque, ex-mecânico sanbrino.

³³ Depoimento do ex-gerente da SANBRA, Henrique Walderban de Menezes.

tamanho, qualidade e cor. Podia ser do tipo 1,2,3 e refugo. Isso era um padrão de qualidade Internacional...”

“No processo do batimento o agave liberava um pó que tornou o bairro da Liberdade, naquela época, conhecido como o ‘bairro do pó’”. José Braz Albuquerque, ex-mecânico relembra: “Botavam o agave pra secar, depois batia e tirava o pó. Era um pó horrível, e as coisas tudo ficava branca”. Já a área destinada ao algodão era localizada na Avenida Liberdade e próxima à linha férrea. O algodão era também classificado quanto à qualidade, podendo ser o algodão sertão, o mocó e o mata, sendo este último o de pior qualidade. Henrique Walderban de Menezes descreve como era o processo do beneficiamento do algodão:

Quando se comprava o algodão ele ia pro setor de classificação. Tinha muitos tipos e cada um produzia de acordo com a qualidade que os compradores queriam, até atender todos os pedidos. Aí iam para as máquinas de que separava a pluma do caroço, e por sucção ia pra dentro da máquina que prensava e o fardo saia pronto.

Na parte destinada ao algodão havia uma área chamada de fábrica de óleo, onde o óleo do caroço do algodão era extraído, e até a casca era aproveitada na fabricação de ração para animais. Além do algodão e do agave, um impulsionador de êxito sanbrino foi o trem, que além de fazer o transporte dos fardos de algodão e sisal para a cidade de Recife, estrategicamente circulava dentro do parque industrial da SANBRA. Um dos antigos operários relembra:

(...) a estrada de ferro que passava para o sertão, a SANBRA, aproveitou para criar um desvio ferroviário, onde houve derivações para o parque interno da fábrica, nós tínhamos ali uma balança para pesagem de valores, não só pesagem de veículos na parte de cima, como na parte baixa perto do São Braz, como havia uma balança grande pra pesar vagões.³⁴

³⁴ José Braz Albuquerque, ex-mecânico sanbrino.

O trabalho na SANBRA era intenso e dependia de boas safras de algodão e agave. Quando as safras eram ruins, muitos operários eram demitidos. Quando se produzia muito no campo havia muitas contratações. Os testes feitos pelos operários para serem admitidos na SANBRA eram simples:

O teste era coisa mais simples do mundo... era vê o povo batendo agave, escolhendo, vendo as máquinas ao lado de um encarregado. Era um teste de meia hora, ai sabia se era bom e senão dava certo mandava embora. E com meia hora o candidato à função já estava preparado para fazer. Tudo simples, tudo fácil de fazer.³⁵

A SANBRA conseguiu se manter ativa por mais de 50 anos. A empresa prosperou muito e empregou muita gente. Seus lucros eram exorbitantes e a riqueza que gerava no bairro e na cidade era enorme. Sua decadência está associada ao declínio da produção do algodão na Paraíba. Segundo Andrade:

Os motivos que contribuíram para a decadência do 'ouro branco' na Paraíba foram o baixo preço de algodão paraibano em relação ao algodão paulista; a falta de incentivo ao produtor; os juros cobrados pelas safras eram altos, impossibilitando o plantio ao produtor; a falta de bases técnicas e o preço, a dupla tributação, já que o produto era escoado para Pernambuco; além da falta de um porto equipado que atendesse as exigências do comércio algodoeiro. (ANDRADE, 2000, p.35)

Segundo Aragão (1990) “na metade da década de 70, Campina Grande já não mais detinha a condição hegemônica no comércio algodoeiro”. Assim, a produção sanbrina campinense começou a decair e foi ainda mais abalada devido à praga do bicudo. Gradativamente, a SANBRA começou a desativar suas usinas, e no início da década de 80 fechou todas. Lembrando que a desativação dos armazéns do agave ocorreu bem antes das

³⁵ Henrique Walderban de Menezes, ex-gerente sanbrino.

décadas de 60 e 70. Com a desativação total da SANBRA muitos operários ficaram desempregados.

Ao lembrarem da SANBRA, os operários expressam saudosismo, a exemplo de Maria da Dores dos Santos e Antônio Maria Diniz:

A SANBRA devia estar funcionando ainda, porque naquele tempo era um recurso para todo mundo que era pobre, que não tinha de que se valer. O dinheiro era pouco, mas dava pra comer. Muitos hoje em dia estão parados sem trabalho, e não tem nada. Naquele tempo, mesmo as pessoas sem leitura como eu, que não são aprendidas, não tem diplomas podiam trabalhar lá, hoje ninguém quer. Depois que fechou muita gente ficou sem emprego.³⁶ Todo mundo trabalhava, todo mundo tinha emprego, era 'mei' mundo de algodão. Se hoje tivesse SANBRA era outra coisa.³⁷

A identidade dos ex-operários e moradores antigos do bairro da Liberdade está profundamente ligada à SANBRA, pois o trabalho e a fábrica foram partes significativas na vida deles. Se o desenvolvimento todo bairro da Liberdade foi em grande parte influenciado pela SANBRA, mas ainda foram os operários e moradores influenciados pelo que a fábrica representou em suas vidas, seja como fonte de renda e sustento da família, seja como uma oportunidade de trabalhar ou apenas como um ponto de referência no bairro. O fato é que não se trata do espaço físico da fábrica, o que se produzia ou quanto lucro dava; na verdade o que é realmente preponderante são as significações que a SANBRA passou a ter no imaginário dessas pessoas, e de como elas passaram a fazer representações de si, dos patrões, da fábrica, dos operários, do bairro, do amor, da família, de forma a tornar a SANBRA um referencial na construção dessas identidades.

³⁶ Maria das Dores de Souza, ex-operária sanbrina.

³⁷ Antônio Maria dos Santos, ex-operário sanbrino.

CAPÍTULO II- AS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO FABRIL EM MEMÓRIAS COLETIVAS FEMININAS

2.1 Do lar à fábrica: Trajetórias femininas no mundo do trabalho

Mesmo com toda independência, as mulheres sempre são associadas ao lar, o reduto privado da esposa e mãe, onde se desempenham as responsabilidades domésticas. Essas imagens estão ainda tão fixas em nossas mentes que é difícil reconhecê-las como representações que foram criadas para as mulheres pela ordem capitalista. Foi no século XIX que estes conceitos foram mais fortemente disseminados nas sociedades de base capitalista, numa tentativa de relegar às mulheres, mais intrinsecamente, ao espaço privado, como uma reposta às tentativas ameaçadoras femininas de alcançar o espaço público. Segundo a ótica da burguesia, era no lar que a mulher cumpria sua missão de civilizadora das futuras gerações, criando, nutrindo e educando os futuros cidadãos de bem, mostrando assim que nada melhor que isso podia ser almejado por uma boa mulher. Ao homem, por conseguinte, cabia o sustento do lar, e o governo do espaço público. Segundo Perrot (2010) são ciências como a medicina e a biologia que irão no, século XIX, elaborar um discurso naturalista que separarão os dois sexos de acordo com características biológicas e aptidões. "Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos." (PERROT, 2010, p.177). Através de doutrinas como estas, o lugar do homem e o lugar da mulher foram definidos nas sociedades, e de acordo com Lipovetsky (2000) "o modelo imposto pela classe burguesa se impôs a todas as camadas sociais", apesar de ter mais força entre as elites, já que a mulher popular dispunha de certas liberdades que a mulher da elite não tinha. Apesar de bem definidos, os papéis atribuídos a homens e mulheres nem sempre se encaixavam perfeitamente nos moldes burgueses. Nem todo homem era exclusivamente um homem do espaço público, "nem, ainda," no espaço privado do lar as mulheres detinham o poder (liderança), assim como um espaço público pode ser frequentado por ambos os sexos. Tanto homens como mulheres burlavam as fronteiras e as regras estabelecidas, embora houvesse divisões sexuais nos espaços, atributos e ações e estas fossem marcantes nas sociedades.

As mulheres sempre usaram de *táticas* para escapar do domínio masculino, mesmo no lar, onde o marido era o chefe, elas faziam uso de seus *poderes informais*³⁸, seja para tomar decisões referentes à família, controlar o orçamento familiar, ou ainda, usando seu poder de persuasão e sedução. Podemos entender essa questão segundo o conceito de Certeau (1994) sobre *micro resistências*, as quais estão escondidas nas ações das mulheres, e como elas burlam as regras de forma indireta, fundando *microliberdades*, quebrando as fronteiras da dominação de forma sutil, indireta, astuta, sendo até uma *arte de fazer*, uma luta ou *lutas silenciosas* que resistem pelo fato de serem quase imperceptíveis. É a partir dessas lutas silenciosas que as mulheres começam a adentrar por lugares até então tidos como masculinos, como no mundo do trabalho. Isso não quer dizer, no entanto, que antes das fábricas as mulheres não trabalhassem o trabalho sempre foi presente nas realidades femininas.

(...) Pois, nem é preciso lembrar, as mulheres no passado, sempre trabalhavam. Nas sociedades pré-industriais, todos os membros da família se entregavam à tarefas produtivas, ainda que diferenciadas, segundo a idade e o sexo. Tanto na cidade como no campo, as moças solteiras trabalham, seja no lar paterno, seja em outras famílias, como domésticas, criadas de exploração agrícola ou aprendizes. Nas explorações agrícolas, as mulheres casadas cuidam dos animais e da horta, vendem os produtos, por vezes semeiam, colhem, conduzem a parelha. Nas cidades, as esposas dos artesãos ajudam o marido na preparação e no acabamento dos produtos, fazem transações cuidam das contas... (LIPOVETSKY, 2000, p.204)

O trabalho feminino sempre existiu, mas a diferença é que não era reconhecido, nem remunerado. Sempre foi desvalorizado e considerado menos importante que o dos homens, que justificavam a ida da mulher ao espaço público do trabalho, como uma desonra para o patriarca do lar, pois a “mulher só trabalha se o homem não puder manter a casa”. É importante, no entanto, ressaltar que essa representação sobre o trabalho feminino é burguesa, já que para os populares, o trabalho feminino longe de ser desonroso se tornou uma necessidade, para que a renda familiar fosse complementada. Lembrando também que as

³⁸ A historiadora Michelle Perrot em seu livro, *Os excluídos da História*, faz uso da expressão “poderes informais das mulheres”, para se referir aos domínios sutis que as mulheres têm no espaço privado e no público. Poderes que são invisíveis aos homens, um “poder que se oculta por detrás do trono e, tanto na família como nas relações de negócios...” (Perrot: 2010, p168).

mulheres do povo sempre trabalharam, mas não de forma remunerada, até o advento das fábricas em fins do século XVIII e início do século XIX na Europa. Já no Brasil, as primeiras fábricas começaram a surgir na segunda metade do século XIX no sudeste do país, requerendo um grande número de trabalhadores. Nesse contexto, as mulheres populares brasileiras foram inseridas no trabalho remunerado em larga escala. Segundo Moura (1989)³⁹ as primeiras fábricas no Brasil a contratar grande quantidade de mulheres foram as têxteis, que em alguns casos chegaram a ter em seus quadros de operários cerca de 60% do gênero feminino.

No caso particular do Nordeste, e mais especificamente da Paraíba, segundo (DINIZ, 2004, p.64) “esse é um período de reativação da produção açucareira e da montagem de uma incipiente indústria têxtil”. Ainda segundo ele, é a partir da última década do século XIX, que as primeiras fábricas são montadas no estado, com aparelhagem obsoleta das fábricas inglesas e o apoio fiscal do governo do Estado. Todavia, são nas primeiras décadas do século XX que um grande número de fábricas são instaladas na Paraíba, a maioria delas ligadas ao algodão, (a exemplo da SANBRA)⁴⁰, e foram estas fábricas que contribuíram para propiciar a inclusão das mulheres populares paraibanas no mercado de trabalho remunerado. Essas “novas operárias” paraibanas, em sua maioria, vinham do campo e trabalhavam com a família nas produções agrícolas domésticas. Quando as secas atingiram a Paraíba nas primeiras décadas no século XX, essas mulheres e suas famílias vieram para as cidades em busca de sustento e nas fábricas elas encontraram emprego. Para essas mulheres, o trabalho na fábrica e o trabalho doméstico deveriam ser conciliados, pois elas ainda estavam ligadas ao lar, não tendo havido de forma nenhuma ruptura entre o lar e a fábrica. Por conseguinte as operárias tiveram que aprender a controlar os dois universos, como menciona Lipovetsky:

O assalariamento maciço das mulheres, a abertura das carreiras aos dois sexos e o desmoronamento do ideal da mulher no lar não impedem de modo algum que seja mantida, no que se refere aos homens e às mulheres, uma diferença estrutural na articulação vida profissional/vida familiar. No masculino, os

³⁹ A historiadora Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura em um artigo publicado pela Revista Brasileira de História da USP, intitulado *Além da Indústria Têxtil: O trabalho feminino em atividades “masculinas”* mostra como as mulheres ocuparam atividades que antes eram masculinas nas indústrias têxteis da cidade de São Paulo nos anos finais da última década do século XIX, e primeiras duas décadas do século XX. Ela mostra também como em pouco tempo as operárias passaram a ser a maioria nas fábricas desse segmento.

⁴⁰ A SANBRA sigla para Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, instalada na cidade de Campina Grande, na Paraíba em 1935. Constituiu-se em um complexo fabril que beneficiava (processava) sisal, algodão e óleo de mamona. Perdurou durante muito tempo na cidade e foi fechada devido à crise do algodão na Paraíba na década de 80.

pólos profissional e doméstico são disjuntos;
no feminino eles são
conjuntos(...).(LIPOVETSKY, 2000, p.242)

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho na Paraíba e de forma geral no Brasil, longe de ser apenas fruto das conquistas femininas, foi uma estratégia usada pelos governos, pela carência de mão de obra nos parques fabris brasileiros. Diante dessa nova realidade, os discursos burgueses passaram a ser reelaborados para que o trabalho feminino fosse considerado socialmente aceitável, contanto que os outros papéis femininos domésticos pudessem ser mantidos, ou seja, o trabalho não deveria interferir no lar.

O emprego das mulheres justificava-se com base na necessidade econômica, quanto na utilidade social. As mulheres solteiras e viúvas que ganhavam o sustento próprio e dos membros dependentes da família, bem como as mulheres casadas que suplementavam a renda de seus maridos, estariam não só garantindo o bem-estar pessoal e familiar como também aumentando a riqueza nacional e promovendo o progresso econômico (...). (BESSE, 1999, p.147)

Assim, com a justificativa da positividade do emprego feminino, a moral burguesa passou a propagar que, aquelas mulheres totalmente dedicadas ao lar, sem nenhuma outra atividade, eram ociosas socialmente. Nessa lógica, a nova mulher moderna não poderia se “dar ao luxo” de viver totalmente na dependência do pai ou marido, considerado quase inaceitável. A “nova mulher” da primeira metade do século XX deveria ser proativa e útil, como demonstra a citação abaixo:

(...) ao invés de serem ‘pesos mortos’ ociosos para suas famílias, deviam ser colaboradores inteligentes e úteis dos homens. “Fatigadas do seu parasitismo secular, a mulher moderna vem oferecer as forças, inaproveitadas até então, de sua inteligência e da sua vontade, ao serviço do adiantamento da humanidade”. (...) “O trabalho é a salvação, é a limpeza moral”... (BESSE, 1999, p.144)

Embora o trabalho feminino fosse nesse momento necessário, havia o impasse de quem cuidaria dos filhos na ausência da esposa. Para isso, o trabalho feminino deveria ser adaptado às necessidades de sua família no lar, para que ele se tornasse uma extensão da casa e não um substituto. Por isso, de forma a preservar a mulher atrelada ao lar mesmo que trabalhasse, na década de 30, o então presidente Getúlio Vargas, com a instituição das Leis Trabalhistas, legitimou e legalizou o trabalho feminino. Estabelecendo para este trabalho certas restrições, tais como a proibição de funções que não fossem compatíveis com a “natureza feminina”, expondo as mulheres a riscos, bem como a proibição do trabalho das mulheres em horários que prejudicassem a família, além das leis de proteção às mulheres grávidas trabalhadoras. Portanto, embora tenha sido socialmente aceitável, o trabalho feminino não deveria de forma alguma se sobrepor ao lar e a família.

2.2 As operárias sanbrinas

Nesse momento são abordados aqui os personagens principais da pesquisa, as ex-operárias sanbrinas. Estas mulheres são chamadas sanbrinas pelo fato de terem trabalhado na fábrica já extinta SANBRA, entre as décadas de 40 e 60. Em sua maioria não eram oriundas da cidade de Campina Grande, mas vieram morar aqui com suas famílias numerosas, cheias de sonhos de uma vida melhor e também saudades da terra que deixaram. Na nova terra refaziam suas vidas, mudavam a rotina, se adequavam aos costumes da vida citadina e ao ritmo frenético da fábrica. Eram mulheres fortes, dispostas a enfrentar as novas realidades cruéis e desfrutar das novas experiências. Naquela época o perfil dessas mulheres populares fugia daquele atribuído às mulheres mais bem favorecidas economicamente. Não eram tão delicadas e formais, pois o trabalho era áspero e a vida dura. No entanto, nutriam uma feminilidade revestida de força e disposição para assumir todas as responsabilidades da casa, até as atribuídas aos homens se fosse necessário. Isso foi tão forte entre as mulheres sanbrinas, que em muitas de suas famílias o sustento da casa era provido por elas, e isso dava-lhes o direito de tomar as principais decisões no lar.

(...) As virtudes femininas- passividade, submissão, doçura- que lhe foram incultadas durante séculos, tornam-se agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. A dura realidade exige outras

qualidades nas mulheres trabalhadoras. Precisam agora de firmeza, decisão e energia, isto é, aquelas virtudes que eram consideradas como propriedade exclusiva do homem... (KOLONTAI, 2000, p.18)

Elas são ex-operárias, mas não simples operárias. São as únicas representantes vivas de tantas mulheres operárias que trabalharam na SANBRA. Suas memórias são representações de um tempo que não volta mais, mas que ao mesmo tempo vem à tona quando começam a contar suas histórias. Suas lembranças fazem-nas reviver, fazem-nas sofrer, sorrir, chorar. São lembranças do trabalho, do amor, da dor, da alegria de uma época em que segundo elas, “desfrutavam de toda a força e vigor de sua juventude”.

Cada uma delas tem experiências únicas, apesar de serem todas operárias não se pode tratá-las de forma homogênea, pois vêm de contextos diversos, e na fábrica tiveram experiências únicas, além de representarem suas vidas de formas diversas. Por isso, elas serão apresentadas individualmente aqui, em breves relatos sobre sua inserção no mercado de trabalho:

Eu não sei se foi em 56 ou 57, mas eu cheguei em Campina Grande. Sei que cheguei aqui num ano e no outro comecei a trabalhar lá-SANBRA.⁴¹

Eu tava com 18 anos quando trabalhei na SANBRA. Isso faz muito tempo.⁴²

Vim para Campina Grande em 1945. Eu morava em Esperança, aí minha mãe resolveu vim morar aqui. Moramos primeiro no Quarenta, perto da Almirante Barroso. Eu tinha 17 anos, mas a gente não tinha emprego e a situação era muito ruim, muito ruim mesmo. Quando me decidi ir no Ministério do Trabalho e no Fórum, tirar meu registro de 18 anos, fui e tirei. Foi lá no Ministério do Trabalho, que nesse tempo quem assinava era seu Brasil; ele tirava o documento da gente. Aí minha mãe foi comigo na SANBRA falar com o diretor, lá onde era a SANBRA velha. Pois bem, fui lá e falei com seu Pereira que era

⁴¹ Joana Maria da Costa foi entrevistada por Patrícia Cristina de Aragão Araújo em 1989, como contribuição para o seu trabalho monográfico de conclusão do curso de História.

⁴² Helena de Sales Araújo, também foi entrevistada por Patrícia Cristina de Aragão Araújo em 1989, para a mesma finalidade.

gerente geral, e ele me arranhou um emprego...⁴³

Com 18 anos vim morar em Campina afim de trabaia. Quando cheguei aqui meu cunhado, trabaia na SANBRA. Daí fui falar com o povo lá, e fiz uns testes e passei.⁴⁴

Fui eu mesma que consegui o emprego na SANBRA. Trabalhei antes de ser viúva, e envievei e tornei a entrar de novo.⁴⁵

Trabalhei na SANBRA. Foi um senhor que arrumou para mim. Tinha uns 22 anos; foi em 62.⁴⁶

Trabalhei uns 7 meses na SANBRA. Era bom lá. Tinha almoço, tinha café. Meu pai trabalhou na SANBRA velha.⁴⁷

O primeiro contato delas com a SANBRA na maioria das vezes acontecia por meio de um “conhecido”, que facilitava a entrada na fábrica, dando boas referências. Outro fator importante é que a grande maioria das operárias sanbrinas, em geral, tinha pouca escolaridade, ou nenhuma, e suas experiências com trabalhos anteriores se restringiam ao serviço doméstico e o trabalho na agricultura. As moças pobres da época eram incentivadas para o casamento e maternidade, e não para a educação formal, que por ser difícil pelo pequeno número de escolas e a dificuldade de acesso, era privilégio de poucas mulheres. Para muitas operárias saber “assinar o nome” era o mais perto que poderiam chegar da escola.

Trabalhar para a grande maioria das operárias sanbrinas consistia em uma necessidade imediata devido às condições financeiras difíceis. Diante dessa situação todos os membros da família que poderiam trabalhar deveriam cooperar. Essa foi uma condição comumente compartilhada pelas operárias pobres no Brasil da primeira metade do século XX, como afirmou Besse (1999,p.147): “(...) Relutantemente, admitiam não haver alternativa no Brasil, onde a maioria da população tinha alimentação inadequada, vivia em habitações miseráveis e tinha

⁴³ Maria Cely de Souza, me concedeu esta entrevista em abril de 2008, enquanto participava de uma reunião de um grupo de idosos do bairro da Liberdade. Esse é um dos meios que os velhos moradores encontram de sociabilizar-se e permanecerem ativos, além de partilharem das experiências e lembranças do passado.

⁴⁴ Maria das Dores dos Santos, também faz parte do mesmo grupo de idosos de Maria Cely de Souza e busca sempre manter-se ocupada com alguma atividade, pois segundo ela adora trabalhar, mesmo que não seja mais formalmente.

⁴⁵ Alice Isabel da Silva é a moradora que a mais tempo mora na Rua Paraíba. Ela guarda muitas memórias sobre o trabalho na SANBRA e o desenvolvimento do bairro da Liberdade. Ela ainda é bastante ativa e uma referência na vizinhança, pois todos a conhecem.

⁴⁶ Maria Anunciada Gomes, também mora na Rua Paraíba e hoje se dedica à família, especialmente aos netos. Trabalhou na SANBRA na década de 60.

⁴⁷ Rita Araújo da Silva é personagem marcante na Rua João Maria (conhecido Beco Califon). Ela e outros membros de sua família trabalharam na SANBRA.

pouco ou nenhum acesso aos cuidados de saúde...”. Um exemplo da necessidade do trabalho se deu no caso de Maria das Dores dos Santos, ex-operária sanbrina:

(...) Eu trabalhei pra me manter e pra manter as pessoas que eu amava... Eu trabalhava pra manter meu pai, que vivia em cima de uma cama e também pra ajudar minha mãe. Trabalhei até os dias em que pude trabalhar. Quando me casei, meu pai já tinha morrido e eu tomei conta da minha mãe até ela morrer.

A necessidade do trabalho era ainda maior para a operária que era casada, que tinha muitos filhos e que o esposo recebia um salário insuficiente para todas as carências da família. Havia também os casos mais extremos, das operárias que haviam perdido o cônjuge, ou as que não tinham um companheiro e criavam os filhos, sozinhas, e delas dependia todo o sustento da casa.

(...) mesmo quando as mulheres conquistaram o direito ao trabalho, aceitava-o mais frequentemente como dever a ser cumprido em benefício de suas famílias, e não de si próprias. Na medida em que as mulheres mesmas encaravam seu trabalho como secundário em relação à condição de esposa e à maternidade... (BESSE,1999,p.180).

O trabalho, todavia, não pode ser encarado apenas como uma necessidade. Havia mulheres sim, que trabalhavam porque queriam ter sua independência financeira, ter liberdade de comprar o que quisessem sem ter que pedir, ou depender dos outros para atender às necessidade pessoais e desejos. Geralmente esse era o perfil das operárias solteiras, ou que não tinham o peso das responsabilidades familiares, do casamento e dos filhos. Segundo Besse(1999), muitas dessas mulheres, solteiras, viúvas ou separadas eram representadas enquanto descomprometidas, orgulhosas e independentes. Trabalhar rompia com algumas dessas barreiras e preconceitos, mas, sobretudo ajudava muitas dessas mulheres a se valorizarem enquanto mulheres capazes de prover seu próprio sustento e o de seus familiares.

(...) Trabalhar permitiu à boa parte das mulheres romper com o relativo isolamento vivenciado no mundo doméstico, modificando sua postura com relação ao que ocorria fora

das paredes da casa e aproximando sua participação cultural a dos homens. A ‘mulher trabalhadora’ já não é mais a pobre coitada do imaginário de décadas atrás. Tudo isso contribuiu para a emancipação feminina... (PINSKY, 2012, p.505-506)

Não se pode esquecer também daquelas operárias que trabalhavam para garantir que seus filhos no futuro tivessem uma vida melhor que a que elas tiveram. Trabalhar era para elas um instrumento de mudança em longo prazo, pois os sonhos e anseios que não realizaram em sua juventude poderiam ser realizados na vida dos seus filhos. Talvez fosse através dos filhos que teriam a satisfação de virem finalmente os frutos do trabalho, como é demonstrado nessa frase da ex-operária sanbrina, Maria das Dores dos Santos: “Quando você tá ficando velha, a gente presta atenção nos filhos que cresceram, casaram, se formaram e ‘deram pra gente!’”. Ver um filho se tornar um médico, um advogado ou um engenheiro, representava uma quebra no ciclo de pobreza das famílias dessas operárias e era uma honra inestimável, pois mostrava que os seus filhos alcançaram êxito pessoal e profissional que a maioria da população pobre não alcançava na época.

A fábrica SANBRA portanto, consistiu na grande oportunidade que tinham de “melhorar de vida” e de ter algumas conquistas que não era possível ser obtidas antes, como ter dinheiro para suprir suas necessidades e da família, e é claro ainda, de comprar bens de consumo destinados para às mulheres.

2.3 O trabalho feminino das operárias sanbrinas

A SANBRA empregou em sua época de funcionamento um grande número de mulheres populares que eram destinadas para o trabalho no agave (sisal na forma silvestre). Era dito pelos representantes da fábrica que o trabalho com o agave era “trabalho de mulher”, assim quase 100% das operárias eram destinadas para esse setor, com exceção de algumas poucas que trabalhavam no setor do algodão. O trabalho com o agave consistia na seleção, revisão, desatamento dos molhos e no batimento, sendo este último o único dos serviços que podia ser desempenhado por homens, por ser necessário o uso de “força bruta”, muito embora algumas mulheres fossem chamadas para este serviço. Trabalhar com o agave exigia atenção e certa delicadeza para escolher, selecionar e manusear as fibras. De acordo com Menezes, um dos antigos gerentes gerais da SANBRA, esse trabalho “era um dom todo especial das mulheres.” É percebida assim, como a fábrica soube usar muito bem as experiências

adquiridas pelas trabalhadoras antes de se tornarem operárias, já a maioria delas trabalhava no campo no cultivo do agave ou algodão. As “habilidades femininas” construídas e legitimadas na sociedade, como o tato com os detalhes, acabamentos, texturas, típicos das atividades domésticas, eram tomados pela fábrica como a qualificação que as mulheres precisavam para o trabalho, tanto que o teste usado pela SANBRA para a seleção de operárias consistia em uma demonstração da seleção e revisão dos tipos de agave. Executando bem essa demonstração a trabalhadora era admitida já no dia seguinte. Falando sobre isso (LOBO, 2011, p.153) endossa que “grande parte das ocupações femininas na indústria parecem obedecer ao mesmo critério de tarefas repetitivas que exigem atenção, paciência e minúcia.”. Os relatos das operárias demonstram essas afirmações:

(...) Ele me botou lá no galpão do agave e fui trabalhar lá. Era um galpão grande, tão grande pra guardar o agave, fazer estoque. Fui trabalhar como selecionadora. Eu trabalhava selecionando agave, e tinha muita mulher trabalhando. A gente saía de lá toda suja de palha de agave...⁴⁸

trabalhava como medidora, revisando os tipo de agave né. Trabalhei já na SANBRA nova.⁴⁹ Eles botava nós no agave, aí eu passava a faca em cima da bancada pra abri os mói de agave, e o cabra batia.⁵⁰

Trabalhei no agave. Eu era revisora, isso na década de 50. Eu separava os tipo de agave em tipo um, dois e três. Eu entrei lá cortando nó dos agaves, depois fui ser revisora.⁵¹

Eu trabalhava na máquina de bater agave... Eu varria os feixes de agave pra butar no abatimento.⁵²

Em grande parte, essa adequação do trabalho das mulheres na fábrica aos dotes femininos se devia à tentativa de não afastar as mulheres dos valores atribuídos a elas na esfera doméstica, como delicadeza, doçura, paciência. Pois o trabalho ao invés de corromper esse modelo de mulher, devia reforçá-lo. A citação a seguir, elucida essas afirmações:

⁴⁸ Depoente Maria Cely de Souza.

⁴⁹ Depoente Maria das Dores dos Santos.

⁵⁰ Depoente Maria Anunciada Gomes.

⁵¹ Depoente Rita Araújo da Silva.

⁵² Helena Sales de Araújo, Idem, referência 5.

De fato, como conciliar o emprego feminino com a necessidade de ligar estreitamente as mulheres a seus deveres familiares e a preservar a divisão sexual do trabalho dentro da família? Como cumprirem as mulheres sua missão de bastiões da estabilidade e da moralidade da família, se estavam nos escritórios e nas fábricas ao invés de estarem casa? Essas contradições eram, em grande medida, insolúveis a longo prazo. Mas, a curto prazo, entre as medidas adotadas para atenuar as contradições estavam definir estritamente o emprego assalariado das mulheres -- como extensão de seus papéis familiares -- e a restrição de seu ingresso em trabalhos 'inadequados' ou perigosos. Considerações políticas, sociais e culturais exigiam que o emprego feminino não possibilitasse às mulheres deixar de lado seus papéis familiares e nem destruísse os estereótipos que vinculavam a feminilidade à delicadeza, à virtude e ao altruísmo... (BESSE, 1999, p.145)

Diferente do que os homens diziam do trabalho das operárias sanbrinas requerer menos esforço que as funções masculinas são comuns nos relatos das operárias menções de quão desgastantes e pesadas suas funções eram. No discurso dos homens o trabalho das mulheres consistia apenas em funções bobas e leves sem muito esforço, mas na realidade das operárias eram horas de serviços exaustivos. Como demonstra Joana Maria da Costa em seu relato:

Oi, eu cortava o agave do suó pinga, aí quando foi um dia esse bicho judiava tanto no mundo que a gente cortava do suó pingá. Ele batia por perversidade mesmo, derramava e a gente catava tudim. Tinha um gerente lá que chamada todo mundo de molóide...Oi, eu trabalhava tanto lá que perdi dois filhos, dois filho né, de tanto trabalhar do suó pingá. Que dizê que num dia na hora do pagamento eu passei má, mas num disse nada e fui embora assim mesmo pra casa, chorando muito. Num falei nada pra Nicolau o que tinha sido né, num tinha mais jeito né!

Os relatos masculinos dos operários e outros funcionários sanbrinos sempre desqualificaram as funções femininas na fábrica, algo que era comum no mundo do trabalho naquela época e mesmo hoje. Devido ao fato do trabalho das operárias sanbrinas requerer menos força braçal e mais mental, ele era tido como menos importante, pois naquele período a concepção de trabalho estava ainda mais atrelada ao uso da força física que ao uso da mente.

Segundo Lobo (2012): “A distinção básica entre os trabalhos femininos e os trabalhos masculinos é a diferença entre ‘saber’ e ‘fazer’.”(p.60). Essas representações conflituosas do trabalho feminino nos remetem ao que Chartier (2002) explicou ao mostrar que “as lutas de representações têm importância fundamental para se compreender os mecanismos pelo qual um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os seus valores, e o seu domínio (...)” (p.17). Assim, essas atribuições feitas ao trabalho feminino sanbrino, serviram para reforçar a condição e posição das mulheres na fábrica, como um reflexo da posição social do feminino frente ao masculino, como afirma Besse (1999) : ...Era crucial para a estabilidade da família (e, por extensão, para a ordem pública) e essencial para o emprego que buscassem manter baixos os custos de mão-de-obra, que o emprego feminino continuasse a ser ‘complementar’ ao emprego masculino. (BESSE, 1999, p.151). Sobre essa desqualificação do trabalho feminino nessa época Matos diz:

(...) O ordenado feminino representava apenas 65% do masculino adulto. Além disso, as atividades nas quais as mulheres penetraram foram sendo, progressivamente, desprestigiadas, desvalorizadas monetária e socialmente, e por fim descartadas pelos homens. Os baixos salários, as tarefas rotineiras, repetitivas, monótonas e menos qualificadas na hierarquia laboral foram determinantes do emprego maciço das mulheres nas indústrias (...). (MATOS, 2012, p.128)

Outra questão peculiar sobre a SANBRA é que a maioria das mulheres era direcionada às funções que não requeriam uso de máquinas, as quais eram usadas pelos homens. No setor do agave geralmente a única função desempenhada pelo homem era a que tinha a máquina. Todo o resto dos trabalhos de seleção, revisão, separação das fibras eram manuais e desempenhados pelas mulheres. Havia também a divisão dos ambientes de trabalho segundo os sexos. Nos armazéns de agave, a predominância era do sexo feminino, já que eram as

mulheres que trabalhavam com o agave(sisal). As únicas exceções masculinas, eram os batedores de agave, apenas um ou dos homens faziam isso por setor. Quando o batimento do agave era feito por mulheres o setor era totalmente composto por elas, como explicou Maria Cely de Souza: “(...) Tinha muita mulher trabalhando, tinha umas 70 ou 80 por aí, até no batimento do agave, botando o agave pra secar... Como aquele fardo de agave era pesado!”⁵³.

Dentro do setor do agave, as operárias que desempenhassem bem as suas funções, ou seja, as que produzissem mais poderiam ser promovidas às funções “melhores” e receberiam um pequeno acréscimo salarial, como mostra Maria das Dores dos Santos, em seu relato: “Comecei a trabalhar junto com todo mundo, daí fui bem, e eles me separaro num canto, eu e mais três pra gente revisá agave...”⁵⁴. O sofrimento físico era algo presente no cotidiano das operárias sanbrinas, como foi demonstrado no relato acima de Joana Maria da Costa, principalmente em uma época em que as leis trabalhistas no Brasil ainda estavam “engatinhando”. Essas mulheres trabalhavam duro, como demonstra Maria Cely de Souza: “Nós batíamos o agave, colocava o agave para secar e esse trabalho era pesado.”. As mulheres trabalhavam doentes e as grávidas não eram poupadas do trabalho pesado. Além de tudo a jornada de trabalho na SANBRA era acompanhada logo em seguida pelos serviços domésticos, o que tornava ainda mais exaustiva a vida dessas operárias. Muitas delas não conseguiam conciliar as “duas vidas” e pediam demissão, como foi o caso de Maria das Dores dos Santos. Cuidar dos filhos, do marido e da casa e ter ainda que trabalhar era um fardo pesado de carregar, como nos declara Joana Maria da Costa: “Minha vida dentro da fábrica era muito trabalho, e em casa eu fazia as obrigação de casa né!”.

Sofrer, para essas mulheres operárias tinha ainda uma conotação mais profunda que o sofrer físico, era o sofrimento mental, tanto pelas pressões cotidianas do trabalho, como pelas pressões familiares das responsabilidades com os filhos e marido. Era doloroso para uma mãe operária ter que deixar os filhos pequenos com outro membro da família para que pudesse ir trabalhar. O sofrimento persistia ainda na preocupação da operária de que o filho estivesse bem e sendo bem tratado. É nesse momento que o trabalho se torna um sacrifício, ao invés de uma conquista, na medida em que ele [o trabalho] passou a representar para algumas operárias uma obrigação necessária, que somada às atividades domésticas cotidianas passou a ser fardo difícil de suportar, perdendo o “encanto” inicial de ser prazeros.

⁵³ Relato da ex-operária sanbrina, Maria Cely de Souza.

⁵⁴ Idem, referência 16.

Falando sobre o sofrimento no ambiente de trabalho Dejours⁵⁵ (2012), acrescenta outras questões que causam sofrimento para o trabalhador. Ele explica que o sofrimento no trabalho é fruto de uma série de fatores, entre eles a pressão psicológica exercida pelos patrões e companheiros de trabalho, a fadiga, a carga de trabalho, ou ainda a insatisfação com as condições do ambiente de trabalho. Diante desses fatores, o indivíduo adoce mentalmente e mais tarde o corpo físico sofrerá as consequências e adoecerá. Isso fazia parte da realidade das operárias sanbrinas que não conseguiam trabalhar na fábrica mais que três ou quatro anos em média. Outra sensação que gerava mal estar e sofrimento no cotidiano dessas mulheres era o medo. Este foi fortemente representado nos relatos do cotidiano das operárias sanbrinas. Através das discussões de Dejours sobre o medo nas relações de trabalho, podemos ver que “(...) o medo está presente em todos os tipos de ocupações profissionais.” (1980, p.63). Ele analisa como o medo surge em resultado do constante estado de risco, que afeta o lado psicológico do trabalhador, pois este vive em estado de ansiedade a cada instante. Entre os fatores-risco que causam o sentimento de medo nos trabalhadores estão: o medo de acidentes, o medo do desemprego, o medo das represálias dos patrões, o medo de ficar doente no trabalho, o medo da desqualificação e da inutilidade, o medo da vigilância, o medo da morte, o medo de não ser capaz de sustentar a família. Todos esses medos estão presentes nos discursos dos operários sanbrinos. É interessante como o medo entre as operárias sanbrinas pode ser categorizado, sendo representado de diferentes formas. Um dos primeiros exemplos que pude enxergar sobre como o medo foi demonstrado nos relatos dos operários sanbrinos está ligado a um profundo sentimento de ansiedade e urgência demonstrado na questão da aversão das operárias à sirene sanbrina. A sirene tinha é claro, a função de controlar os horários dos trabalhadores. Seu som era muito alto, de forma a ser ouvido em outros bairros além da Liberdade. O “apito da SANBRA” como era chamado, provocava em muitos operários e moradores do bairro, certa aversão e repulsa. Porém, o mais interessante sobre esse apito era que ele também provocava medo, pois anunciava sonoramente ao funcionário da fábrica que era o momento de ir imediatamente trabalhar. Era o medo de perder a hora que causava um desconforto mental, pois a vida, o tempo do operário estava condicionado à fábrica. Um exemplo disso é o relato de Maria Cely de Souza: “Ó aquele apito... Eu dizia pra

⁵⁵ Christophe Dejours é doutor em medicina, especialista em medicina do trabalho e em psiquiatria. Além de seu livro mais disseminado no Brasil: A loucura do trabalho(1980), tem outro livro publicado em português: A banalização da injustiça social(2006), onde aprofunda algumas das discussões do livro A loucura do trabalho, sobre sofrimento no trabalho. Seu trabalho é inovador já que aborda a questão do sofrimento no trabalho na perspectiva do mental, do psicológico.

mim mesma: Meu Deus quando me verei livre desse apito? De ser escrava dele? Eu saía correndo quando ouvia!”.

O medo dos acidentes de trabalho foi mais evidente nos relatos sanbrinos, até porque as leis trabalhistas eram recém-estabelecidas e as proteções dos funcionários não era algo estritamente fiscalizado pelos órgãos governamentais, como ainda hoje não o é. Aconteceram muitos acidentes com operários sanbrinos, os quais foram presenciados por dezenas de operários. Mesmo os que não presenciaram falavam com pavor das cenas horríveis descritas pelos que testemunharam, de maneira que se espalhou certo terror entre muitos trabalhadores. E o setor ou máquina que causou tais fatalidades eram vistos com certo temor pelas trabalhadoras que tinham que continuar o trabalho naquele lugar, pois tinham necessidade do emprego. Já outras não aguentavam a pressão psicológica do risco eminente de que pudesse se repetir a fatalidade e pediam demissão: “Um dia uma menina estava numa máquina, batendo agave e a máquina engoliu o braço dela. Corri para ver e era muito sangue... Outra vez, presenciei a morte de outra moça que prendeu o cabelo em uma dessas máquinas de pressão. Depois disso não trabalhei mais”.⁵⁶ O medo do assédio sexual era um dos mais fortes e menos mencionados pelas mulheres entrevistadas. Culturalmente, como bem destaca Del Priore (1999), estabeleceu-se o consenso de que certos assuntos da vida cotidiana devem ser tratados em “voz baixa”, devem ser “sussurrados”. Durante as entrevistas algumas operárias discretamente e com certo receio falavam sobre haverem sido assediadas por alguns gerentes dos setores que trabalhavam. O assédio na maioria das vezes era através de palavras, mas algumas vezes ultrapassava isso, e como muitas trabalhadoras dependiam do salário que recebiam na SANBRA para complementar a renda familiar, preferiam aguentar em silêncio as investidas de seus chefes. Durante muito tempo foi um tabu para as trabalhadoras sanbrinas falar sobre esse assunto, muitas delas quando perguntadas se sofreram assédio, riam envergonhadas e permaneciam em silêncio. Mesmo em silêncio, suas expressões corporais transmitiam a mensagem do desconforto de falar sobre um assunto há tanto tempo omitido, mas que sempre esteve presente em suas lembranças. Outro medo relacionado ainda aos assédios, era o medo de ser mal vista pelos outros operários, mesmo que não tivessem culpa de serem assediadas. Um exemplo ilustrativo disso foi vivido por Maria das Dores dos Santos: “Seu [...] gerente geral... ai, eu não suportava ele. Ele ficava dando em cima de nós, e chamando a gente pra sair com ele. Toda moça que *ia na onda* dele se dava mal.” Havia as operárias que não ofereciam resistência aos assédios do patrões, mas por outro lado, a grande

⁵⁶ Relato da ex-operária sanbrina, Maria das Dores.

maioria como Dona Maria das Dores resistia, como aconteceu também com Maria Cely de Souza:

(...) Da SANBRA eu mesma sai por causa de umas gracinhas do gerente. Ele era muito enxerido. Eu trabalhava lá e um dia ele disse que queria falar comigo na Praça da Bandeira. Eu já era noiva e disse pra ele que tinha mãe e irmãos em casa e que se ele quisesse falar comigo fosse na minha casa ou no escritório. Eu fiquei muito aborrecida com isso e no mesmo dia ele me deu férias, e eu saí de férias. Quando voltei de férias fui no escritório da SANBRA e prestei queixa dele. Denunciei, eu mesma denunciei e eu mesma pedi pra sair. Ai num dava certo eu continuar trabalhando, porque ele ia ficar me perseguindo. Ai preferi sair.

Na sociedade campinense das décadas de 40 e 50, os padrões de comportamento femininos eram rígidos mesmo entre as mulheres populares. Uma “moça de família” deveria ser virtuosa e casta, rejeitando as investidas de homens mal-intencionados. A moça que se entregasse aos galanteios desse tipo de homens e fosse leviana e “fácil” traria além do desprezo da comunidade, consequentes punições dos familiares. Uma moça casável era aquela que seguia certos códigos de conduta, como mostra a citação a seguir:

A ‘moça’ de família’ dos Anos Dourados porta-se corretamente, tem gestos contidos e ‘boas maneiras’, mantém-se no ‘bom caminho’, não abusa de bebidas alcoólicas, não se envolve em conversas picantes nem compreende piadas impróprias; obedece aos pais e se prepara adequadamente para cumprir o destino feminino, desenvolvendo prendas domésticas e guardando as intimidades sexuais para o futuro marido. E, embora as manifestações públicas de carinho discreto entre jovens namorados sejam agora comuns no cenário das cidades, a ‘moça de família’ nunca é vista aos abraços e beijos intensos com alguém. (PINSKY, 2012, p.482)

2.3.1 A face prazerosa do cotidiano do trabalho

O trabalho na fábrica não se resumia apenas aos aspectos negativos, mas a fábrica era acima de tudo um espaço de sociabilidades, onde homens e mulheres solteiros conviviam lado a lado e desenvolviam laços de amizade e muitas vezes algo mais profundo. Muitas operárias viviam o sonho de encontrar um homem bom com quem pudessem se casar e constituir família. E como passavam grande parte do seu tempo durante o dia na fábrica, as possibilidades de desenvolver um relacionamento no ambiente de trabalho eram grandes. Falando sobre o amor no feminino Lipovetsky (2000) diz: “Sem nenhuma dúvida, as mulheres conservam um laço privilegiado com o amor, amam o amor, manifestam um interesse muito mais marcado que os homens pelos discursos, os sonhos e os segredos relativos ao coração.” (LIPOVETSKY, 2000, p.31).

Nessa época eu era noiva, porque arranjei um namorado lá [SANBRA]. Aí tinha muito rapaz bonito... ai meus tempos de juventude de volta ! Eu era um chuchu, e dançava muito.⁵⁷
Trabalhei cinco ano na SANBRA, daí fiquei noiva e meu noivo num queria que eu trabalhasse mais não.⁵⁸

Como demonstrado acima, no depoimento de Maria das Dores dos Santos, que optou por formar uma família e deixar o trabalho da fábrica, o casamento e a família consistiam uma prioridade mais elevada que o trabalho remunerado. Segundo Matos (2012), o trabalho nesse período era “visto como atividade transitória - que deveria ser interrompida por ocasião do casamento ou do nascimento de um filho...” (p.133). Quando se desvinculavam do trabalho na fábrica, muitas das ex-operárias sanbrinas, além das atividades domésticas, se ocuparam na produção de alimentos, de objetos de artesanato e outros bens que pudessem ser comercializados nos seus domicílios, como uma alternativa para o complemento da renda que não as desvinculasse do lar.

Na fábrica, ambiente propício ao desenvolvimento de relacionamentos, as operárias tinham um cuidado especial com a aparência, pois o ambiente do trabalho era possibilitador de conquistas amorosas com bons rapazes e poderia ser no trabalho que encontrariam um bom rapaz com quem poderiam namorar e casar. Um bom rapaz para namorar e casar era

⁵⁷ Idem, referência 16.

⁵⁸ Idem, referência 12.

principalmente honesto e trabalhador, que pudesse “manter uma família”, provendo o sustento da esposa e dos filhos. “... mesmo que preferissem os atrevidos, bonitões e de boa lábia, as garotas deviam optar corretamente: namorar um ‘bom partido’, capaz de manter a futura esposa (...)”. (PINSKI), 2012, p,482). O casamento era uma instituição muito valorizada e desejada pelas trabalhadoras sanbrinas. Todavia, havia é claro, aquelas trabalhadoras que fugiam à regra e não se casavam, mantendo apenas uma união estável, como foi o caso da ex-operária sanbrina Maria Anunciada Gomes que optou por não casar, vivendo com seu companheiro durante décadas até o falecimento dele recentemente. Sobre essas reinvenções dos costumes relativos ao casamento na Paraíba, Silva (1999) explica:

(...) A família conjugal brasileira, e por que não dizer, a família conjugal paraibana apresenta nuances do padrão de comportamento da família nuclear burguesa europeia e nuances do padrão de comportamento da família patriarcal. Daí porque as famílias às quais eu tive acesso nos processos da vara de família e os homens e mulheres que as constituem são muito ambivalentes, difíceis de nomear, de ‘rotular’, ou seja, bastante escorregadios. (SILVA, 1999, p.75)

As táticas de conquista das operárias começavam assim pelo adornar do corpo e quando as operárias no ambiente de trabalho não estavam devidamente adornadas, demonstravam vergonha e embaraço diante dos outros operários do sexo oposto, como é mostrado no depoimento de Maria Cely de Souza: “Eu gostava do trabalho, só num gostava de trabalhar descalça. Era tudo com pé no chão. Nem que fosse uma sapatilha seria bom, mas tinha que trabalhar descalça e nesse tempo eu era solteira novinha e ficava feio né!”. Sobre a importância do corpo como um instrumento que transmite mensagens, Certeau (1999) falou: “(...) O corpo é o suporte de todas as mensagens gestuais que articulam essa conformidade. É um quadro negro onde se escrevem e, portanto, se fazem legíveis aos códigos ou, ao contrário, o desvio com relação aos sistemas dos comportamentos.” (CERTEAU, 1999, p.48). A aparência também era valorizada nas atividades recreativas da fábrica, como nos concursos de Miss da SANBRA:

(...) A gente passava um mês programando as festas. Tinha muita moça bonita na SANBRA. Daí a gente escolhia 10 a 15 moças e botava

para ser candidata à Miss. Os funcionários gastava muito dinheiro para eleger as candidatas. Criamos um GRESS para funcionários em geral, para proporcionar esses divertimentos aos funcionários (...) ⁵⁹

O trabalho na fábrica também tinha seu lado prazeroso. Os cientistas sociais, e psicólogos⁶⁰, que pregam a positividade do trabalho acreditam que quando uma pessoa está feliz com seu trabalho, provavelmente estará mais satisfeita na vida pessoal e familiar. Essa corrente de pensamento que prega a positividade do trabalho é oposta às teorias marxistas que apontam as contradições da sociedade capitalista que impedem o surgimento do indivíduo autônomo e feliz, mostrando que o trabalho vem acompanhado de sofrimento, de sacrifício, de recusa da fruição, de subserviência e de dominação. Mudando esse sentido comumente adotado pelos marxistas, os pesquisadores da positividade do trabalho avançam por outros campos de compreensão por mostrarem outros aspectos que o trabalho oferece para o bem-estar dos trabalhadores, especialmente: oportunidades de interação e inserção social, identidade, propósito e objetivos, preenchimento do tempo livre, desafios que poderão ser enfrentados com as habilidades pessoais, status, além da renda. Dentro dessa ótica é possível analisar como as ex-operárias sanbrinas ao lembrarem suas atividades na fábrica ressaltam a positividade do trabalho, apesar de todas as adversidades enfrentadas por elas no ambiente fabril.

Eu gostava do trabalho lá. Nunca fui maltratada, sempre fui bem aceita.⁶¹

Eu gostava de trabalhar. A SANBRA bem que podia tá funcionando ainda, porque naquele era um recurso pra todo mundo que era pobre, que num tinha do que se valer. Pelo menos ganhava pouco mas dava pra comer. Tanta gente que hoje em dia tá parado. Procura e num encontra. Principalmente essas pessoas que num tem estudo, e na SANBRA todo mundo trabalhava, e o dinheiro era suficiente pra viver.⁶²

⁵⁹ Henrique Walderban de Menezes, ex-gerente da fábrica SANBRA.

⁶⁰ Um exemplos desses estudos sobre positividade do trabalho , foi trabalhado pela psicóloga Juliana de Castro Chaves, o qual demonstrou esse conceito em sua Tese intitulada- *A liberdade e a felicidade do individuo na racionalidade do trabalho no capitalismo tadio.* (Acervo Digital de Teses-Psicologia Social-PUC SP).

⁶¹ Idem, referência 11.

⁶² Idem, referência 12.

Gostava de todo trabalho. Foi trabalho pra mim, era bom!⁶³

Por outro lado, é possível pensar essa positividade do trabalho como sensibilidade desenvolvida no imaginário das sociedades capitalistas brasileiras na segunda metade do século XX, após um longo período de negatização do trabalho fabril, no qual não havia leis que protegessem os trabalhadores dos acidentes, dos abusos dos patrões e das longas jornadas de trabalho. Essa “mutação de sensibilidades”⁶⁴ em relação ao trabalho fabril no Brasil ocorrerá especialmente quando as leis trabalhistas se consolidam e passam a ser implementadas mais eficazmente nas cidades brasileiras, isso a partir das décadas de 40 e 50. O mecanismo utilizado para produzir essa transformação no imaginário dos trabalhadores sobre o trabalho fabril se deu pela disseminação propagandística do governo do presidente Getúlio Vargas, que pregava os aspectos positivos do trabalho e a proteção que as leis davam ao trabalhador como um pai protege os filhos, criando uma imagem de que as atrocidades sofridas nas fábricas no passado ficariam para trás. Foi uma estratégia usada pelo governo para substituir as antigas representações ruins sobre as fábricas pelas novas representações positivas, numa tentativa de ampliar a mão-de-obra necessária ao crescente parque industrial brasileiro da época.

A satisfação das ex-operárias sanbrinas com o trabalho fabril se dava de forma mais profunda do que pela simples remuneração financeira. A satisfação advinha se o trabalho na fábrica estivesse em harmonia com a vida pessoal e familiar.

(...) Ao contrário dos homens, as possibilidades de satisfação das mulheres, além dos imperativos externos próprios do ‘mundo do trabalho’, são mediadas também por condições internas à família. Se a figura da esposa apenas cuida dos filhos e da casa vem se dissipando como fato, embora persiste como forte referência no imaginário social, e o trânsito entre o trabalho remunerado e as atividades domésticas cotidianas é um dado para a maioria das mulheres, o fato é que o domicílio e a família permanecem como

⁶³ Idem, referência 13.

⁶⁴ Conceito trabalhado pelo historiador francês, Alain Corbin, no artigo intitulado: *Do Limousin às Culturas Sensíveis*, no qual exemplifica como as sensibilidades das pessoas da cidade de Limousin em relação ao horror e a violência demonstrados nos atos de execução pública vão se resignificando ao longo do tempo. Ele mostra como as representações sobre violência passam a ser reinventadas pelos mecanismos jurídicos, adquirindo novos sentidos e transformando o imaginário popular.

espaço de produção material e de produção
simbólica da vida
cotidiana...(ARAÚJO,2005,p.20)

Como visto até aqui, a experiência do trabalho foi representada pelas operárias sanbrinas de diversas formas, e embora o trabalho fosse necessário para o sustento financeiro, ele foi sinônimo para elas de prazer, satisfação, medo, dor e sofrimento. O trabalho teve assim várias significações, dependendo das circunstâncias vividas pelas trabalhadoras, do lugar que ocupavam, da forma como encaravam as situações e do impacto que essas situações exerciam sobre elas.

CAPÍTULO III – O COTIDIANO DA SANBRA DITO PELOS HOMENS OPERÁRIOS

3.1 Gênero na perspectiva masculina

Sempre que se pensa em estudos de gênero, temos a tendência de voltar nossa atenção mais para a perspectiva feminina, pela grande quantidade de literatura acadêmica publicada sobre o gênero feminino. Isso se deve em muito ao fato de nas últimas décadas as mulheres terem conquistado sua emancipação social, moral, religiosa e econômica. A maioria desses estudos nasce da recusa ao patriarcalismo masculino, numa tentativa de aniquilar, ou pelo menos amenizar séculos de obscuridade, omissão e subjugo das mulheres na História.

Como o patriarcalismo era algo que queria se combater, o masculino foi demonizado e em alguns casos banido dos relatos femininos. Com isso buscou-se uma redefinição dos papéis sociais femininos, pois as atribuições feitas a mulher do passado patriarcal, não cabiam mais na nova mulher emancipada, que queria ser desprender dos grilhões e se tornar livre. Em meio a esse terreno fecundo das feminilidades, as representações sociais masculinas vão ficando sem visibilidade, havendo uma radicalização nos estudos de gênero, na medida em que ao se eleger os estudos sobre o feminino como preponderantes, deixam-se de lado as outras representações de gênero, caindo-se assim no mesmo erro que se queria combater no princípio. Então, diante dessa perspectiva por que não abordar também os estudos do gênero masculino? Não para tentar reproduzir a masculinidade patriarcal de outrora, mas para perceber que, assim como as mulheres tiveram que redefinir seus papéis sociais, os homens também tiveram que repensar sua condição enquanto homens dentro das novas realidades.

Durante séculos, principalmente entre as culturas ocidentais a figura masculina esteve associada ao corpo, na medida em que sempre se referia ao homem pelo uso que fazia de sua força física. O homem era o responsável por prover o sustento da família através do trabalho, assim como era responsável também pela proteção de seus entes queridos, mesmo que significasse ter que lutar por isso. Ao homem eram atribuídos valores como força, coragem, destemor, competitividade. Segundo Nolasco (2001), a própria “palavra masculinidade, encontra sua raiz em denominações: ‘viril’, ‘enérgico’, ‘forte’ e ‘ativo’”. Essas representações foram incorporadas pelas sociedades de base patriarcal de forma que se naturalizaram como fossem aspectos da própria “natureza” masculina, formadores da identidade desse gênero. Ao homem cabia se enquadrar a esses atributos ou desenvolvê-los, para que pudesse ser aceito

socialmente. Quando esse tipo de masculinidade patriarcal entra em crise de autoafirmação em meados do século XX, os homens passam primeiramente a tentar se distanciar e diferenciar dos padrões masculinos tradicionais, pois esses padrões passaram a ser banalizados por representarem para os estudos de gênero traços de um mundo tradicional que deveria ser combatido. Buscou-se então, um parâmetro para que se pudesse pensar a condição masculina no mundo contemporâneo, e foi nas próprias bases patriarcais que esse contraponto foi pensando, pois dever-se-ia pensar o novo homem a partir do antigo. Diferente das teorias feministas que pregavam que as mulheres deveriam se libertar das antigas características atribuídas ao feminino, para os estudos relacionados ao gênero masculino, aos homens poderiam continuar a nutrir certos valores tradicionais atribuídos aos homens, como a competitividade, por exemplo, mas também poderia também dar vazão as emoções, algo que era atribuído somente às mulheres.

A masculinidade tradicional precisava ser “esclarecida” e ampliada. Levando-se em consideração essa perspectiva, o “homem moderno”, trazia consigo traços do tradicional aliado a “novos atributos” que eram só cabíveis no passado ao mundo feminino. Assim é possível se falar em não apenas um padrão rígido de masculinidade tradicional, mas de várias masculinidades. Mediante essas afirmações, é proposto pensar a masculinidade não só como ligada ao fator biológico, mas também como algo que se constrói a partir do meio sociocultural, bem como historicamente. Ou seja, além de se nascer com os caracteres sexuais masculinos, a criança é ensinada a “ser homem” através dos códigos de conduta e de regras sociais já estabelecidas culturalmente, perpetuando essa masculinidade tradicional por gerações.

Diante dessa crise da masculinidade tradicional, os traços masculinos tidos como óbvios, naturais e essenciais, tem sido questionados, e para entender e explicar esses novos questionamentos, têm-se buscado inspiração também nos estudos feministas por terem já uma certa tradição crítico-teórica de análise. Foi por meio dos questionamentos das teorias femininas que o masculino se tornou visível, viabilizando assim o questionamento da posição dos homens nas relações de gênero. Através de novas perspectivas teóricas é possível entender as discussões de gênero não só na perspectiva das diferenças entre homem e mulher, mas também em relação as hierarquias, poder e igualdades, já que tanto masculinidade como feminilidade, são construídas sob bases comuns, e não há como discutir sobre um sem problematizar o outro.

A construção da masculinidade é um processo contínuo que dura uma vida inteira. É a constante negociação do homem consigo mesmo, com sua família e com a sociedade. Nesse processo constitutivo das identidades masculinas, sempre se busca por modelos masculinos ideais, os quais se impõem como referenciais fixos, dentro dessa lógica, os sociólogos Tim Carrigan, John Lee e Bob Connell⁶⁵, desenvolveram o conceito de masculinidade hegemônica para melhor entender o patriarcado não apenas como um domínio de homens sobre mulheres, mas também de homens sobre homens. Através desse conceito discutiram amplamente a questão do uso do termo masculinidades, e não masculinidade, para demonstrar que diferentes da masculinidade patriarcal única e basilar que se pregava no passado, existem vários tipos de masculinidades que muitas vezes não se prendem a modelos fixos e convencionais. Essas masculinidades são oriundas dos processos de relacionamento pelos quais homens e mulheres conduzem duas vidas sob o suporte do gênero. As masculinidades são práticas históricas e sociais, são representações culturais. Cada cultura tem seus padrões de masculinidade, que mudam historicamente, e o que se considera masculinidade no Brasil é em grande parte diferente do que é masculinidade na Inglaterra, por exemplo. No entanto, é importante entender que embora as sociedades tenham seus padrões de masculinidades diferenciados, cada sociedade individualmente, segue um padrão hegemônico que lhe é próprio, o qual se impõe sobre os outros. Outra questão importante discutida por esses sociólogos, é a imagem de masculinidade hegemônica que se propaga em uma determinada sociedade, não só é fruto dos relacionamentos interpessoais, mas também de Instituições como as Forças Armadas, além da influência das mídias. As masculinidades são frutos das transformações históricas e sociais, por isso estão em constante mudança, sempre sendo resignificadas.

3.2 O trabalho para o homem

O homem foi criado para o trabalho, e o trabalho para o homem. Essas duas afirmações estão profundamente ligadas as representações criadas para os homens desde os

⁶⁵ Tim Carrigan, John Lee e Robert Connell, são três renomados sociólogos pioneiros nos estudos sobre o gênero masculino na atualidade. Eles dão a esses estudos um nova perspectiva na medida que se desvinculam da abordagem tradicional sobre o gênero masculino, sem no entanto, descartar essas abordagens como fonte de estudo, mas aprofundando-as, na medida que desenvolvem o conceito de masculinidade hegemônica como aquela que predomina sobre as outras masculinidade, em uma determinada sociedade. A respeito dessas outras masculinidades, esses sociólogos mostram que embora exista um tipo de masculinidade que se sobressaia sob as outras, não demonstra que seja a única opção ou escolha dos sujeitos inseridos nessa sociedade. (Juntos os três publicaram o famoso artigo- *Toward a new Sociology of masculinity* [Em direção a uma nova Sociologia da masculinidade], na revista de sociologia da Universidade de Macquarie, na Austrália.

tempos imemoriais da história humana. O trabalho como prática social, cultural e histórica está enraizada na própria identidade masculina. Ao homem “primitivo” foi designada a responsabilidade de através de o labor prover a sobrevivência familiar, e essa responsabilidade foi se perpetuando através das gerações até a atualidade, quando de certa forma passa a ser compartilhada ou mesmo passada em muitos casos a mulher, muito embora em grande parte ainda seja atribuída ao homem.

O ato de trabalhar⁶⁶ foi criado para o masculino, assim como o cuidar para o feminino. Trabalhar era e ainda é, parte do ser homem, do se fazer homem, e desde a terna infância, os meninos eram ensinados que por meio do trabalho, seriam reconhecidos socialmente enquanto homens, quando estivessem aptos a trabalhar. Era por meio do trabalho que o jovem se inseria no mundo dos homens, e podia assim ver a sua masculinidade em ação. O jovem saía do ambiente interno do lar e das emoções familiares (muito ligadas ao feminino), e ia para meio externo e social do trabalho, ambiente consagrado aos homens.

O trabalho masculino adquiriu ao longo do tempo certos valores que cabiam as sociedades de base patriarcal, como competitividade, coragem, força, honra, e o homem tinha que se adequar ao trabalho desenvolvendo através das atividades diárias essas características. Assim não era só o ato de trabalhar que tornava os jovens homens, mas também a forma como encaravam o trabalho e desempenhavam suas funções. De acordo com Nolasco (2001), essa postura agressiva e poderosa dos homens era necessária frente aos desafios impostos aos homens. O trabalho acima de tudo se tornou prova da masculinidade, especialmente aquele tipo de trabalho que fazia uso da força.

3.2.1 Os trabalhadores sanbrinos

As experiências compartilhadas a seguir, são de ex-operários da SANBRA, no período de tempo compreendido entre as décadas de 50 a 70. Trabalhar na fábrica consistiu durante muito tempo, a principal atividade na vida desses homens, que despendiam a maior parte do seu tempo durante o dia na execução de seus afazeres fabris. Diferente do trabalho exercido no campo anteriormente por esses trabalhadores, o qual não os prendia à normas e regras fabris, a fábrica veio mudar a forma como trabalhavam e a maneira desses homens conceberem o trabalho.

⁶⁶ Entende-se por “trabalho”, no presente texto como as atividades remuneradas masculinas exercidas fora do lar.

Antes com o trabalho no campo, havia a possibilidade de controle por parte do trabalhador sobre o seu trabalho e a sua produção, já no ambiente fabril esse tempo era controlado de forma a aumentar a produtividade da empresa mesmo que significasse ter que trabalhar mais. Era necessário se submeter a essas novas realidades, pois já não se podia sobreviver do trabalho no campo, e a fábrica era uma nova realidade a ser enfrentada. O trabalho se fazia necessário, pois a maioria desses homens eram os provedores nos seus lares. Entretanto, o trabalho na fábrica não era visto apenas como um “mal necessário”, mas como algo que tinha seu lado prazeroso a exemplo de operários como José Paulino da Silva que expressou: “... ai gostava muito do trabalho na SANBRA.”.

Para entender um pouco do cotidiano do trabalho masculino na SANBRA, fui em busca dos relatos dos trabalhadores, e quando falo trabalhadores estou fazendo referência não só aos operários, mas a outros homens que desempenhavam outros papéis, como os gerentes responsáveis pelos setores de produção da fábrica. Dentre os operários, havia aqueles que trabalhavam nos armazéns do agave, em sua maioria, localizados na parte da fábrica chamada de “SANBRA velha”, nas imediações da Rua Almeida Barreto, os operários que trabalhavam com o algodão faziam parte do parque industrial da SANBRA, localizado no bairro da Liberdade, conhecido na época pelos operários como “SANBRA nova”. Dentro desse parque fabril, que formava a SANBRA nova, existia a fábrica de óleo onde os operários que tinha noções de mecânica trabalhavam na manutenção do maquinário, e os demais no processo do descaroçamento do algodão.

Cada setor tinha seus gerentes específicos, e para toda a SANBRA era nomeado um gerente geral, o qual era responsável por todos os outros, sendo também considerado o presidente da fábrica. Aos gerentes cabia a supervisão dos trabalhos da fábrica, manutenção, assim como os serviços burocráticos. Um desses gerentes gerais, muito conhecido na época em que presidiu a SANBRA, e que inclusive participou de sua instalação na cidade, foi Francisco Alves Pereira, conhecido popularmente entre os operários como “Seu Pereira da SANBRA”, constantemente mencionado nos relatos dos operários pelo seu carisma ao lidar com os funcionários em geral. Sobre ele, o ex-mecânico sanbrino, José da Silva, declara: “Na minha época, (1954) o gerente era Seu Pereira, pessoa muito boa. Ele mandava em tudo. Era acessível, e se nós tivéssemos um problema, a gente podia falar com ele.” É interessante notar que alguns administradores sanbrinos a exemplo de “Seu Pereira”, tinham uma forma paternalista de lidar com os funcionários, reproduzindo na fábrica em pequena escala “os modos” de governar a família e a política na Paraíba.

A natureza das funções de trabalho dos operários sanbrinos variava conforme o setor a que se pertenciam. Grande parte dos trabalhadores desempenhavam atividades que requeriam o uso da força física, como os batedores de agave, por exemplo, ou ainda os carregadores que transportavam grandes fardos de algodão e sisal nas costas até os caminhões da fábrica, como foi o caso de José Manoel dos Santos: “Eu trabalhei na SANBRA no carregamento do caminhão. Comecei logo descarregando o algodão para descarregar na fábrica...Eu aguentava o peso! O fardo do algodão era 210 até 220 quilos, e eu aguentava carregá-lo. Carregava tanto fardo de algodão como de agave”. Entretanto, apesar da força física ser de grande valia para a fábrica, não era um requisito essencial, até porque nem todos os operários possuíam vigor físico para o trabalho pesado, haviam outras funções que requeriam mais atenção do que força como a desempenhada pelo ex-operário Adalto Moisinho:

(...) fui trabalhar no setor de máquina que tinha a balança automática que o algodão caía, o caroço do algodão. Aquela balança pesava automaticamente. Era só eu e um ajudante. Ai, ficava ali durante o dia. Ai eu pegava a nota que mostrava o peso do caroço e levava pro escritório, daí eles sabiam quantos quilos de caroço caía por dia naquela máquina. Eu passei dois anos lá...

A maioria das funções fabris as quais se fazia uso das máquinas era destinada aos homens, que eram considerados mais aptos a operação do maquinário que as mulheres. Mesmo em setores majoritariamente femininos como o setor do agave, eram os homens que operavam as máquinas. Como foi abordado no capítulo anterior, havia uma divisão sexual do trabalho na SANBRA, e enquanto as funções manuais eram em suas maiorias destinadas às mulheres, o manejo das máquinas era uma função masculina, pois segundo os operários as mulheres “não sabiam mexer com máquinas”.

No entanto, nem todas as funções destinadas aos homens envolviam uso de máquinas, havia funções manuais que diferiam das funções femininas, por exigir menos rigor aos detalhes e sutilezas, e requerer mais destreza e agilidade, duas características atribuídas aos homens. Um relato que ilustra bem essas afirmações é o de José Paulino de Alcântara, ex-operário sanbrino: “Trabalhei no algodão e no agave. Na parte do algodão trabalhei no salão do linto. Ai a gente tirava aquele bagaço do algodão, separava do caroço, botava num fardo. Tinha noite de tirar dois, três fardo daquela goma do algodão...”

Trabalhar era honroso, e comportar-se bem era uma prova de respeito e dignidade. Esses eram alguns códigos de conduta na época, e entre os operários mais respeitados dentro da fábrica, se encontravam aqueles “cumpridores de seus deveres”, ou os “operários exemplares”. Eram aqueles que cumpriam fielmente suas funções, sem reclamar ou “causar problemas”, um exemplo desse tipo de trabalhador era o ex-operário Severino Tavares da Silva, que relatou: “Trabalhava no esquema certo, e nunca falhei um dia. Nunca botei um atestado...” Para funcionários como Severino, faltar um dia de trabalho fosse por qualquer motivo, ou algo até mesmo por doença, se constituía em vergonha, ou embaraço perante os chefes e até mesmo entre os outros funcionários, pois ele tinha uma “imagem a zelar”, sendo um exemplo de trabalhador a ser seguido e não podendo falhar nessa missão.

Permanecer firme nas responsabilidades era sinal de força, enquanto sucumbir a doença ou outros motivos, era sinônimo de fraqueza, uma fraqueza não somente física, mas moral, pois ser homem de verdade na época, era ser forte e corajoso. O trabalho na SANBRA era considerado pelos trabalhadores como algo que foi bom em suas vidas, apesar de todas as dificuldades da época. “Era bom trabalhar lá”, afirmou Severino Tavares da Silva durante o relato. Era na fábrica que pessoas como Severino tinham suas realizações pessoais e profissionais, que não teriam em outro lugar, porque talvez não vivessem as mesmas oportunidades que tiveram na SANBRA. Severino quando começou a trabalhar na SANBRA em 1954, não tinha nenhuma instrução educacional ou profissional, e foi dentro da fábrica que encontrou e desenvolveu uma profissão, a de preenseiro. Na fábrica, passou a se destacar e recebeu um “nome de guerra” entre os trabalhadores: Seu Bodinho, nome que o fez mais conhecido entre os seus que seu próprio nome. Severino Tavares da Silva (Seu Bodinho) se tornou, um dos funcionários que mais tempo trabalhou na SANBRA, por 10 anos, por ser um dedicado funcionário na função que exercia. À seguir, veremos um trecho do relato dele, o qual demonstra como as relações de trabalho na fábrica não eram apenas burocráticas, mas amistosas entre funcionários e patrões, os quais estabeleciam relações de confiança, as quais hoje é cada vez mais difícil de perceber dentro das fábricas modernas.

Trabalhei na SANBRA em 1957, e saí em 1963. Trabalhei na parte do algodão, na fábrica de óleo. Trabalhei lá todo esse tempo. Eu era preenseiro. Eu preparava a prensa para tirar o óleo. Aquele tempo era bom demais pra arrumar emprego, e eu gostava demais do meu trabalho. Trabalhei esse tempo todim lá na maior alegria do mundo. Saí da SANBRA,

porque na época num podia completá dez ano, porque tinha uma tal de instabilidade⁶⁷. Ninguém podia completar dez ano direto. Esse tempo eu passei lá nove ano, já extrapolou, porque era sete ano até a instabilidade. E eu passei dois ano e tanto além disso. Com dez ano depois sai e, quando o chefe soube que eu tava parado, aí veio aqui e me chamou pra trabaiá denovo.⁶⁸

Trabalhar na fábrica para alguns operários, também significava cumprir determinadas funções não convencionais, e que muitas vezes não eram parte das funções fabris, sendo apenas o cumprimento das ordens dos chefes que pediam aos funcionários que executassem “favores pessoais”, como nos conta o ex-operário Adalto Moisinho: “Meu gerente mecânico tinha uma vaca, aí essa vaca era criada lá dentro da SANBRA, e quem tirava o leite da vaca todo dia, era minha pessoa. Tirava e entregava o leite, até o dia que pedi as conta...”. É possível perceber nessa fala do ex-operário, que apesar da fábrica SANBRA haver sido uma empresa renomada, e de grande porte, ainda conservava comportamentos de pequenas empresas familiares, o que em muitos casos provocavam certos abusos por parte dos gerentes.

O dia do pagamento era talvez o dia mais empolgante para os operários, pois viam os resultados dos seus esforços. O pagamento era realizado na primeira semana de cada mês e no fim do mês. De acordo com os ex-operários a SANBRA era rigorosa em cada centavo pago, principalmente no pagamento das horas extras, como afirmou Adalto Moisinho: “(...) Eles pagava bem, e você num perdia nada. Num perdia nenhum tostão. No começo do mês pagavam o dinheiro graúdo, e no fim do mês eles ia juntando o dinheiro miúdo.” O dinheiro graúdo se referia ao salário total, e o dinheiro miúdo era fruto das horas extras.

Nas primeiras décadas de funcionamento da SANBRA⁶⁹, as condições de trabalho dos operários eram insalubres. É comum nos relatos dos ex-operários, eles mencionarem que não possuíam equipamentos que os protegessem dos possíveis acidentes de trabalho. Muitos trabalhadores relataram que trabalhavam por vezes descalços, e sem máscaras de proteção contra a poeira produzida pelo sisal e pelo algodão. Foi a partir da década de 50, que a fábrica

⁶⁷ A instabilidade naquela época era entendida como a segurança de permanência no emprego pelo período estabelecido pelo Ministério do Trabalho de no máximo de 8 anos (oito anos seguidos), não sendo permitido ultrapassar esse tempo de serviço. Diante dessa situação, a SANBRA estrategicamente, demitia o funcionário naquela função e voltada a admiti-lo em outra.

⁶⁸ Relato do ex-operário sanbrino Severino Tavares da Silva.

⁶⁹ Me refiro aqui ao período de tempo compreendido entre as décadas de 40 à 60 do século XX, período áureo na produção da fábrica SANBRA.

passou a adotar medidas básicas para a prevenção de acidentes muito embora esses equipamentos fossem muitas vezes de má qualidade, ou insuficientes e ineficientes.” Às vezes, a gente usava aquela mascazinha que a poeira passava...”(Adalto Moisionho).

É importante enfatizar que as leis trabalhistas haviam sido promulgadas há menos de 10 anos (1943), e, no entanto, não eram cumpridas efetivamente no Brasil. Mas, o que é mais interessante é que se formos examinar bem as leis trabalhistas do início do século XX, encontraremos um lei decretada em 1919, que já previa punições a empresa se o trabalhador sofresse algum dano físico durante o exercício de suas funções, essa lei foi a Lei Número 13.498, de 13 de Março de 1919, a primeira lei no Brasil em favor do infortúnio laboral. No entanto, apesar da existência dessa lei, ela não era cumprida efetivamente pelas empresas do país, e como não deixava claro os direitos do trabalhador, e os deveres do empregador, e ainda por não haver fiscalização dos órgãos governamentais para implementação dessa lei, dava margem que para fosse burlada e descumprida. Foi apenas a partir da década de 70, através da Lei número 6.514, a qual tratava especificamente sobre as questões referentes a segurança do trabalho e medicina do trabalho, que as normas e regras referentes aos infortúnios laborais foram esclarecidas. Assim, quando me refiro as questões sobre segurança no trabalho no presente texto, falo sobre as condições mínimas para prevenção, o que era possível e vigente na época.

Não se pensava nos riscos de acidentes até acontecer, assim como não se pensava nas doenças adquiridas pelo trabalho até tê-las. Os riscos eram ignorados e muitas vezes superá-los ou esquecê-los era a única de permanecer no emprego e ter a garantia do sustento diário. O ex-operário Adalto Moisionho relata: “... Eles num queriam que eu saísse de lá, mas eu não estava me dando bem, sempre adoecendo, ai fui pedir as conta. Estava adoecendo por causa da poeira, a poeira do algodão...” Sabia-se das causas, e consequências da falta de proteção do corpo, mas como nunca tinham tido nenhum aparelho que lhes garantisse a integridade física, muitos simplesmente tentavam sobrepujar a situação, outros como Adalto preferiam pedir demissão.

Um dos que permaneceram trabalhando porque tinha sua responsabilidade familiar como provedor foi o ex-operário José Paulino de Alcântara: “... Gostava de trabalhar no algodão, mas trabalhei lá e fiquei doente. Quando chegava em casa, saía sangue da minha boca...” Já havia outros trabalhadores como Severino Tavares da Silva, que mesmo tendo acesso aos equipamentos básicos de trabalho, escolhia não usá-los: “Nós tinha um capacete, que a gente usava, mas nós ficava descalço por queria, e era melhor trabalhar sem sapato. Só usava capacete e calção, ficava nú da cintura pra cima...” Esse depoimento mostra também,

que embora existissem poucos equipamentos básicos de segurança, eles não eram adequados e nem confortáveis para o uso no ambiente de trabalho. Por exemplo, os sapatos fornecidos pela empresa não eram antiderrapantes e escorregavam no piso da fábrica de óleo, por isso os operários preferiam trabalhar descalços.

Eram absurdas as condições pelas quais esses trabalhadores eram submetidos, muitas vezes sem reclamar, ou simplesmente aceitavam receber um adicional salarial, em uma tentativa da fábrica, de desviar o foco do funcionário do perigo que sofria, como é evidente no depoimento do ex-operário Severino Tavares da Silva: “(...) Eles pagava bem, além do salário, tinha uma porcentagem a mais que nos outros setores, porque era um negócio perigoso.” Assim, como Severino, boa parte dos operários que manuseavam o algodão adquiriram doenças respiratórias, que os prejudicou a longo prazo, como foi o caso de um dos membros de minha família que trabalhou na usina do algodão da SANBRA, e desenvolveu câncer pela inalação da pluma do algodão.

Como mencionado anteriormente, é a partir da década de 50 que a SANBRA passa a implementar equipamentos de segurança, isso mais em função da fábrica mais do que dos operários, na medida que os equipamentos implementados foram alarmes de incêndio e acidentes, e mais tarde na década de 60 dispositivos instalados no teto para o combate a incêndios (sprinkler) e bombeiros a disposição da fábrica. Para os operários foram destinados apenas máscaras, sapatos e roupas simples, já que não existia lei que exigisse e assegurasse mais que isso para os funcionários. Sobre esse assunto Adalto Moisinho acrescenta: “A SANBRA num tinha apareio de segurança não, por isso sempre existia problema com os trabalhado...” Mesmo não tendo aparato legal, os trabalhadores sentiam a necessidade de meios que garantissem sua segurança nas atividades fabris.

Por outro lado, a visão daqueles que dirigiam os trabalhos na fábrica era diferente sobre as questões pertinentes a segurança dos trabalhadores. É possível perceber isso no relato de Henrique Walderban de Menezes, ex-gerente da usina de sisal, durante as décadas de 60 e 70: “Tinha na SANBRA a CIPA, que era a Comissão Interna de Segurança, que funcionava muito bem e tinha padrão internacional. A gente tinha tudo que o Corpo de Bombeiros não tinha.” No entanto, eram comuns acidentes na fábrica, especialmente nos setores onde homens operavam máquinas que ofereciam riscos de mutilação e morte. Um desses acidentes marcantes foi presenciado pelo ex-operário Adalto Moisinho, que descreve o terror vivido pelos que viveram aquele momento na fábrica:

Esse acidente na SANBRA foi com um rapaz que trabalhava no setor do algodão e tinha entrado de férias. No primeiro dia que ele voltou das férias, que tava pronto pra se casar. Ele tava se preparando. Tirou dinheiro das férias pra comprar os móveis dele, aí quando chegou o dia de volta, e começou a trabalhar, a máquina ficou engasgada, a máquina de descaroçar algodão. Aí ele foi abaixar pra ajustá-la, quando ele abaixou, a máquina pegou ele pelos cabelos e jogou ele na parede com tudo esbagaçado, só o cangaço. O maior pedaço que ficou dele foi a palma do pé, e o resto esbagaço todinho, quebrou a máquina todinha. Ficou aquela coisa mais feia do mundo. Eu vi isso tudim, e apanhei o pé dele, eu com minhas próprias mãos. Gastei umas oito latas de álcool para lavar essa máquina, pra tirar a catinha, e num tirava de jeito nenhum. Aí nesse dia a SANBRA parou. Passou o dia tudim parada.⁷⁰

Acidentes como esse se tornaram tão frequentes que passaram a dessensibilizar os funcionários, que viam o perigo iminente de acidentes como algo que podia acontecer a qualquer um e quando menos se esperasse. O mesmo operário que nos relatou essa história anterior (Adalto), presenciou outro que ocorreu na mesma máquina. Quando aconteciam acidentes como esse, a SANBRA indenizava a família da vítima no caso de morte, e se não houvesse morte a pessoa prejudicada passava a receber uma ajuda mensal. Uma maneira encontrada pela fábrica, de fazer com que sua imagem junto a sociedade não fosse prejudicada se deu por meio das indenizações⁷¹, uma maneira de poder “resolver o problema”, ou “sanar a situação”, fazendo com que o acidente fosse encarado tanto pela família da vítima, e de forma geral pelas pessoas, como uma fatalidade, algo que acontece em qualquer lugar. E por ser uma empresa de grande porte e prestígio, a SANBRA tinha total apoio dos órgãos e instituições governamentais, o que tornava difícil a qualquer operário a busca por seus direitos, e desacreditando sua luta pessoal por justiça. À seguir, no relato de ex-gerente Henrique Walderban de Menezes, pode-se perceber a posição estratégica da SANBRA, frente

⁷⁰ Relato do ex-operário Adalto Moisinho.

⁷¹ Longe de ser obra filantrópica da SANBRA, indenizar seus operários, ou suas famílias, era seu dever legal estabelecido pelo Decreto Lei número 13.498, que veio a previr a obrigatoriedade pela reparação aos danos decorrentes dos infortúnios laborais, adotando como tese a teoria do risco profissional, na qual surge para o empregador o dever de reparação em razão de este dispor de benefícios e lucros advindos das atividades laborativas, devendo então responsabilizar-se por qualquer risco que esta possa acarretar ao seu empregado.

aos problemas que aconteciam na fábrica, os quais eram “mascarados” pelos discursos de que pregavam a ausência de conflitos, criando uma falsa ideia de normalidade.

Os empregados da SANBRA não precisavam entrar em Ministério do Trabalho, porque não havia desrespeito aos direitos trabalhistas. Era uma empresa muito correta. Se acontecesse algo os trabalhadores eram logo indenizados. Tudo era feito na presença de auditores do Ministério do Trabalho. Uma empresa fantástica!⁷²

A SANBRA foi sim um espaço de trabalho com relações conflituosas, e que diferente do que normalmente se pensa sobre os operários paraibanos daquela época, como passivos frente as adversidades por ele enfrentadas, eles resistiam sim através de pequenos atos isolados e em conjunto, e burlavam os limites do poder imposto na fábrica, e pelos órgãos governamentais que supostamente deveriam protegê-los. Veremos a seguir como as organizações de trabalhadores se mobilizaram em torno das causas trabalhistas tiveram papel importante no despertar desses operários para a luta por seus direitos

3.2.2 Os trabalhadores sanbrinos e as lutas operárias

De acordo com Diniz (2004), é um equívoco, se fazer leituras apressadas das manifestações operárias paraibanas, tentando-as encaixar nos moldes das manifestações clássicas, ou até mesmo tentando compará-las com as de outras partes do Brasil, como Rio de Janeiro ou São Paulo. As manifestações aqui tiveram lógicas e dinâmicas próprias, já muitas vezes nossos operários lutavam por necessidades tão básicas de trabalho, que não seriam compreendidas dentro de outros contextos diferentes dos nossos. Quando iniciei minhas pesquisas sobre os trabalhadores sanbrinos, e a atuação da fábrica SANBRA, na cidade de Campina Grande, tinha aquela visão torpe da passividade dos nossos antepassados operários. Visão turva, adquirida pela falta de conhecimento e informações sobre os trabalhadores paraibanos (especialmente dos campinenses) na primeira metade do século XX. No entanto, ao pesquisar os antigos jornais da cidade de Campina Grande, pude encontrar os indícios de que haviam sim, movimentos organizados na cidade desde as primeiras décadas do início do século XX. O historiador Ariosvaldo Diniz menciona a organização de manifestações dos

⁷² Relato de Henrique Walderban de Menezes, ex-gerente sanbrino.

trabalhadores das fábricas de cigarro da capital paraibana, já em 1917. (2004, pp. 199-200). Em Campina Grande, é possível encontrar jornais da década de 30, que instigavam a população de trabalhadores a se organizarem como grupo, e a lutarem por seus direitos.

A crise repercute por todos os ângulos do planeta. O Brasil não escapou de tal contingência mesmo o nordeste com seu cortejo de famintos criados pela calamitosa sêca. Milhões de trabalhadores perambulando pelas cidades, sem pão nem teto, sujeitos ainda a toda sorte de endemias.

Urge, pois a imperiosa necessidade de uma organização das classe trabalhadoras para uma orientação segura revolvendo as explorações tão comuns por parte da burguesia arrogante que por toda parte abusa do trabalho dos obreiros. Trabalhadores Uni-vos! A lei de sindicalização do governo Provisório vos dá direito a uma organização que vos permita uma representação eficiente contra as dificuldades da vida, colocando-vos nas mãos a arma de defesa contra as injustiças patronais que vos atiram ao léu da sorte. Em Campina Grande, a sombra da lei, ai está o Sindicato Geral dos Trabalhadores, composto de trabalhadores para trabalhadores, pelos trabalhadores. (COLUNA OPERÁRIA DOS TRABALHADORES- 27 de Junho de 1932, Ano I,p.4)

É importante ao analisar esse fragmento do Jornal-Coluna Operária, da década de 30, e apontar algumas informações importantes. Esse artigo não foi assinado por ninguém, numa tentativa de preservar a pessoa que o escreveu de possíveis represálias. Existia naquela época grupos de intelectuais campinenses que tinham a pretensão de organizar um movimento trabalhista na cidade, a exemplo do que estava acontecendo em outras partes do Brasil. Esses intelectuais ligados as velhas famílias tradicionais paraibanas, que haviam perdido espaço para a crescente burguesia campinense, buscavam lutar contra ela usando o discurso marxista, por meio do qual denunciavam as difíceis condições sociais dos trabalhadores que vinham das zonas adjacentes a cidade, por causa das secas, em busca de sobrevivência através do trabalho nas fábricas.

Esses intelectuais usavam os jornais como veículo voltado para o público trabalhador, na tentativa de através de seu discurso inflamado contra os opressores conseguir adeptos, e prestígio. Mas como conseguir adeptos em meio a uma multidão de trabalhadores pobres analfabetos, incapazes de ler ou até mesmo de entender aquela linguagem complexa? Para quem de fato, escreviam os artigos? É difícil responder a essas perguntas, principalmente quando se tem tão poucos vestígios sobre o imaginário daquela época em Campina Grande. O que é, no entanto, correto afirmar é que, o que esses intelectuais pretendiam concretizar ainda estava bem longe de acontecer, visto que não havia ainda na cidade uma conscientização dos grupos de trabalhadores sobre seu papel social, até porque o trabalho assalariado e urbano eram bastante recente, e as grandes fábricas ainda estavam se instalando ou se firmando na cidade.

Outro aspecto importante mostrado no artigo, foi a menção da existência de um sindicato na cidade de Campina Grande, o Sindicato Geral dos Trabalhadores, que estava naquela época funcionando na semi-oficialmente, já que ainda era recente a Lei de Sindicalização de 1931⁷³, que regulamentava a vida dos sindicatos patronais e operários, e o governo federal não havia até então, oficializado o sindicato campinense. Nessa época (1932), havia apenas 116 sindicatos totalmente legalizados e oficializados, em todo o país. Em outro jornal da cidade na época, podemos ver mais detalhes sobre o Sindicato Geral dos Trabalhadores da cidade:

O Sindicato Geral dos Trabalhadores da cidade, representado pelo subdelegado, Sr. Francisco Henrique e, mais dois de seus associados, Sr. José de Lima e João Cícero Donato, convidou parte de uma comissão que teria de visitar diversas fábricas desta idade, e verificar as condições do operariado, no tocante à lei de sindicalização, das classes de trabalhadores... (JORNAL COMERCIO DE CAMPINA, Ano 1-Número 26, Setembro de 1932, p.4)

⁷³ Com a "Revolução de 1930", liderada por Getúlio Vargas, é iniciado um processo de modernização e consolidação de um Estado Nacional forte e atuante em todas as relações fundamentais da sociedade. Vargas acabaria atrelando a estrutura sindical ao Estado, destruindo todas as bases sociais e políticas em que tinha se desenvolvido o movimento sindical no período anterior.

Apesar de haver sido uma instituição nascida no seio das elites campinenses, o Sindicato Geral dos Trabalhadores, que na década de 30, talvez fosse o único oficial, de certa forma, contribuiu nas lutas dos trabalhadores, na medida em que alertava para os problemas enfrentados por eles, fiscalizava os ambientes fabris e denunciava condições insalubres.

Vários jornais nos anos seguintes, passaram servir como instrumentos de denúncia dos problemas enfrentados pelos trabalhadores, como o jornal A.E.C (Associação dos Empregados do Comércio), que, em seu exemplo de Maio de 1934, reivindicava o cumprimento da lei da jornada de 8 horas diárias, direito a férias e aposentadoria. Já outro jornal do mesmo ano(1934), de nome: A Frente, (representava os operários de Campina Grande), convidava em sua reportagem de capa, os operários campinenses a se mobilizarem:“14 de Julho será a data em que o proletariado campinense, fará passeata pelas ruas da cidade demonstrando sua força formidável !” Nas décadas seguintes, a imprensa campinense viu uma “enxurrada” de jornais voltados às causas trabalhistas, e contribuiu para a formação da identidade trabalhadora de Campina Grande. Se, os primeiros jornais desse tipo eram essencialmente voltados para os radicais das elites, nos anos seguintes, suas ideias passaram a penetrar entre os populares trabalhadores, e influenciá-los, como é demonstrado no jornal- A Evolução⁷⁴, de Setembro de 1958, onde faz menção de caso de um operário da SANBRA, que foi demitido por ser partidário do movimento nacionalista⁷⁵ campinense.

Por mais que pareça incrível, a SANBRA expediu uma circular, de número 379, proibindo os seus empregados participarem de qualquer manifestação política, tolhendo assim, as liberdades asseguradas em nossa Constituição. Por não acreditar nessa circular arbitrária e inconstitucional, operário Antônio Pereira da Silva, participou de uma manifestação pública de sentido nacionalista, com a presença do deputado José Joffily, no município de Uirauna, sendo, em consequência, imediata-mente demitido (JORNAL A EVOLUÇÃO, Ano I, N.14, 12 de Setembro de 1958,p.5)

⁷⁴ O Jornal- A Evolução, que criado em 1958, foi o principal veículo das ideias nacionalistas na cidade de Campina Grande.

⁷⁵ Os nacionalistas se constituíam, em um movimento nacional, que lutava contra as influências, e domínio estrangeiro no país, as quais consideravam extremamente maléficas a economia, a política e que minava a própria soberania do Brasil. O movimento se tornou forte no Estado da Paraíba, influenciando muito setores e grupos sociais, desde trabalhadores rurais, operários, professores e até mesmo políticos. Um os líderes nacionalistas paraibanos na década de 50, o professor Assis Lemos, natural da cidade de Areia, afirmava que o nacionalismo visava libertar os povos subdesenvolvidos como o Brasil, do julgo imperialista das nações ricas.

Os sindicatos⁷⁶ e os jornais foram dois importantes mecanismos de disseminação das ideias pertinentes a causa operária, assim como de certos posicionamentos políticos. Eles propagavam exemplos como o desse trabalhador sanbrino, que burlou as regras da fábrica, para que outros operários se sentissem inspirados a lutar por seus direitos. No entanto, em fábricas como a SANBRA, a retaliação a atos reacionários, culmina com a punição não dando margem para diálogo. Isso provocava receio entre os operários de se manifestarem contrariamente a alguma norma ou imposição sanbrina, pois precisavam do emprego. Então, diante dessa situação nos perguntamos se toda essa pressão da fábrica fazia com que os trabalhadores desistissem de lutar por seus direitos? Não, muitos operários sanbrinos lutaram por seus direitos através dos órgãos legais, mas como a justiça era morosa, muitas vezes não obtinham resultados imediatos. Encontrei uma cópia de um desses processos de Reclamação Trabalhista, junto ao arquivo no Tribunal de Justiça de Campina Grande. O processo foi movido no ano de 1959⁷⁷, por um ex-operário sanbrino, entretanto, não é possível identificar a causa específica, pois não consta no documento reservado ao público. A maioria dos arquivos de reclamações trabalhistas, não se encontram mais disponíveis para consulta o que dificulta muito a pesquisa. O que é importante acima de tudo entender, é que havia sim operários sanbrinos, destemidos que iam em busca de seus direitos enquanto trabalhadores, mesmo que isso custasse muitas vezes o seu emprego, ou o seu desprestígio em outras fábricas.

Todas essas subjetividades masculinas mencionadas até agora nesse capítulo, desenvolveram-se em campos destinados aos homens, (a exemplo dos setores masculinos da fábrica e as lutas trabalhistas). Esses espaços foram marcados por competição, conflitos, e honra, características que contribuíram ainda mais para exaltar os valores atribuídos aos homens daquela época, e para reforçar as práticas masculinas tradicionais.

⁷⁶ Não me proponho aqui a fazer um estudo detalhado sobre o sindicalismo em Campina Grande, já que esse não é foco de minha pesquisa. Tenho o único intuito de mostrar que os trabalhadores sanbrinos resistiam às regras, burlavam normas e padrões fabris. Quebrando com a visão pacifista que temos a tendência de erroneamente pensar, a respeito dos operários na cidade de Campina Grande, mostrando que embora não fossem cultos, e em muitos casos analfabetos, participavam de atividades ligadas aos sindicatos, quando lhes era conveniente.

⁷⁷ Ver Anexos, página 86(anexo 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nutri em mim a ideia de fazer um trabalho historiográfico sobre a extinta fábrica SANBRA, minhas primeiras e ingênuas aspirações eram de encontrar arquivos que me ajudassem a entender a história por trás daquela que foi a maior fábrica da cidade de Campina Grande. No entanto, logo que iniciei as pesquisas, me deparei com a falta de documentação, e foi à partir daí que me voltei para os relatos orais de memória dos ex-operários sanbrinos, não sabendo ainda que deles extrairia a essência do meu projeto. Trabalhar com os relatos de pessoas simples, foi deleitoso, e fez mais forte em mim o sentimento que ainda há muito a se “contar” sobre a história da cidade de Campina Grande, principalmente no que se refere às histórias não oficiais, as histórias cotidianas que nos podem revelar muito sobre as práticas de outrora. Como principais portadores dessas memórias, temos os velhos, personagens tão desprezados em nossa sociedade, mas tão valiosos para nossas gerações presentes e futuras. Sem eles não temos laços com o passado, e o presente perde o sentido. Eles são nosso elo!

Nessa mudança de direção em relação as minhas pesquisas, o foco passou a ser os antigos operários, ao invés da fábrica, a qual se tornou coadjuvante, no sentido que eram as vozes dos operários que deveriam aparecer. A SANBRA se constituiu como elemento norteador, pois a parte viva e vibrante da fábrica era constituída por pessoas, não por paredes inertes. A SANBRA foi um espaço de vivências, e quem inventou, reinventou e vivenciou os lugares na fábrica foram os trabalhadores.

Entretanto, não pensem que a minha procura por essas pessoas foi menos fácil, do que outrora pelos documentos. Achá-los foi desafiador, na medida que fui em busca deles, de referências, batendo portas, e correndo contra o tempo, que ferozmente, era meu inimigo. O tempo dos prazos universitários, e acima de tudo o tempo que já havia levado consigo muitos desses trabalhadores. Hoje há poucas pessoas vivas que trabalharam na SANBRA, o que tornou o desafio de achar esses “sobreviventes” ainda mais árduo. Cada vez que achava um ex-operário(a), comemorava como uma vitória, pois aprendi nesse trajeto sobre a importância de cada um deles.

Foi por meio dos relatos de suas experiências no cotidiano na fábrica, e fora dela, que fui “encaixando peças”, descrevendo histórias e me questionando sobre o papel da SANBRA, dos ex-operários, do bairro da Liberdade, fazendo conexões entre eles. Cada relato me dava certas “pistas”, sobre “o que não mais existe”, a não ser apenas nas memórias dessas pessoas.

Sempre, é claro, usando de um discernimento criterioso, pois é preciso ter certo grau de cientificidade, apesar de reconhecer e enfatizar que trabalho aqui com subjetividades.

Além dos testemunhos dos operários, busquei paralelamente outras fontes, como jornais e arquivos públicos municipais e estaduais. Obtive, no entanto, pouco sucesso já havia pouquíssimos jornais e arquivos que mencionassem a SANBRA. É importante ressaltar que o que me conduziu a essas outras fontes, foram os questionamentos feitos por mim a pesquisa, a partir dos testemunhos dos antigos operários. No entanto, esses insucessos não abalaram de forma alguma minhas pesquisas. Os testemunhos eram muito ricos em detalhes, e em muitos aspectos supriam as lacunas encontradas.

Como bem, explicitado ao longo desse trabalho dissertativo, tive grande dificuldade de encontrar material bibliográfico que desse embasamento teórico para este trabalho acadêmico, já que busquei me distanciar do enfoque marxista sobre a temática do trabalho. Dentro do viés culturalista, não encontrei material bibliográfico específico sobre trabalho, já que esse tema não é muito trabalhado nessa perspectiva. Assim, diante dessas adversidades, inseri os questionamentos teóricos, que mais se aproximavam dos meus anseios. Trabalhei a fábrica como um espaço praticado, de acordo com o olhar teórico-metodológico do historiador Michel de Certeau, o qual se encaixou perfeitamente no que me propunha a fazer, até porque ele em sua mais famosa coletânea de livros- *A invenção do cotidiano* trabalhou com o objeto bairro, o que também me propus a fazer. De Roger Chartier⁷⁸, usei seus conceitos de práticas e representações, isso conectando aos conceitos de espaços e lugares de Michel de Certeau.

Os ex-operários(as) sanbrinos se tornaram seres valiosos para mim, não só por compartilharem comigo suas memórias, mas por me ensinarem que a sabedoria vem com o tempo, e que os valores que adquirimos ao longo da vida são o que verdadeiramente nos torna quem somos. Eles estão além de nós, no sentido de terem nos preparado o caminho, para que pudéssemos desfrutar de comodidades e privilégios, que não tiveram. Eles construíram o bairro da Liberdade, e fizeram dele, o que é hoje. Cada parte do bairro, conta a (s) história (as) desses homens e mulheres trabalhadores, e quando vêem o que lhes era familiar ser destruído pelo tempo, ou pelas exigências do mundo moderno, lamentam, pois os espaços físicos são seus vínculos mais palpáveis com o passado, são os símbolos da lembrança. Um desses símbolos é a SANBRA, que para essas pessoas era um ancoradouro de lembranças. Hoje, o prédio principal servia como sede para a fábrica, se encontra totalmente modificado e perdeu o significado que tinha para eles, pois não é mais o prédio que conheciam tão bem, e que lhes

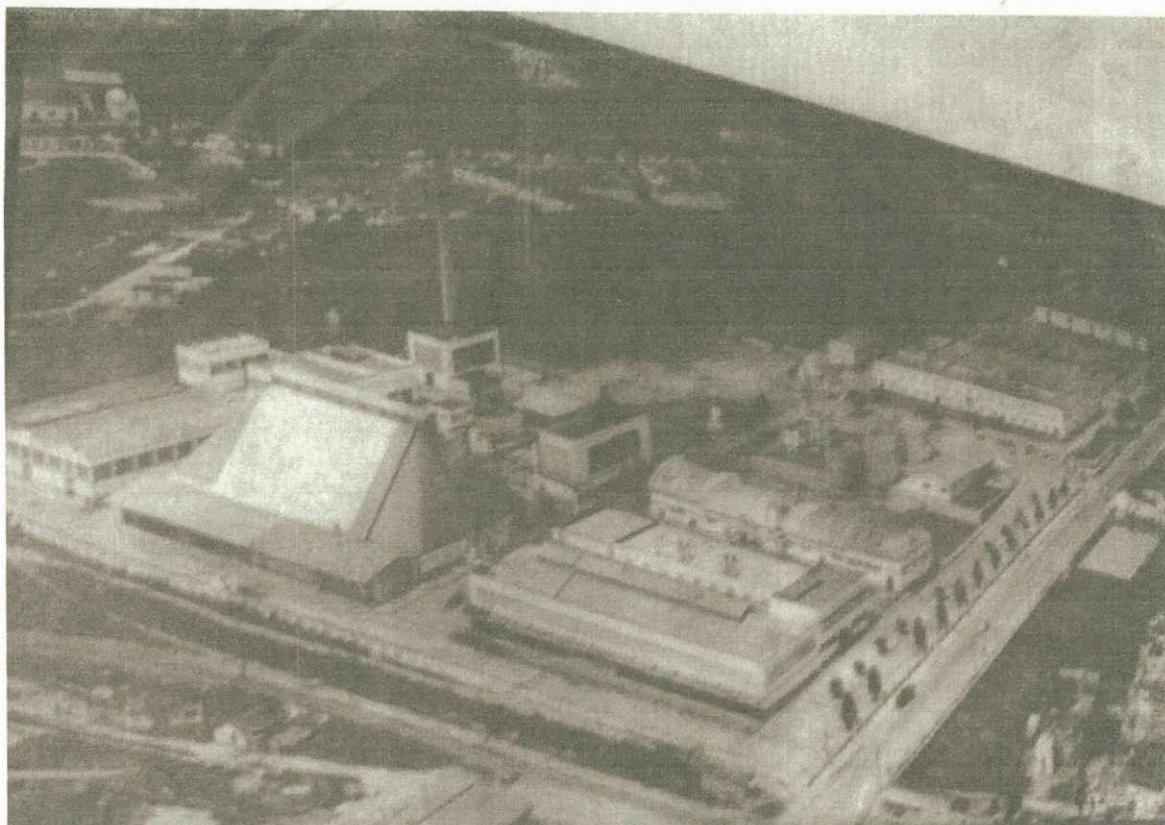
⁷⁸ Me refiro ao livro intitulado: " *Entre práticas e representações*", de Roger Chartier.

era familiar aos olhos, aos ouvidos, ao olfato... Restam da SANBRA, as memórias das vivências desses trabalhadores, lembranças preciosas, que são capazes de evocar sensações tão especiais quanto aquelas que sentiam ao contemplar o parque fabril sanbrino fechado por quase trinta anos.

Sem as memórias dos ex-operários sanbrinos e dos moradores antigos da Liberdade, esse trabalho não seria possível. Elas me deram a matéria prima que precisava, para pensar o bairro, as vivências cotidianas nele e na fábrica, a partir da SANBRA. A SANBRA se constituiu como o elemento norteador, que me deu base para pensar todos os outros, assim como um “fio de linha” que conduz a lugares, e a espaços não antes adentrados. Há muito ainda o que se percorrer “segurando o fio”, ainda há muitas lacunas e caminhos possíveis de se trilhar, mas o que me faz feliz ao ter escrito esse trabalho, é que de certa forma tornei e tornarei visível para alguns, as vivências dessas pessoas tão especiais, e darei a possibilidade de que alguém continue o que comecei, e que possa ver o que não vi, tornando ainda mais próxima de nós a história que o povo conta.

ANEXOS

Anexo 1- Vista panorâmica do parque fabril sanbrino, provalmente na década de 60.



A imagem é uma cópia digitalizada da fotografia original, que se encontra no Museu do Algodão, na cidade de Campina Grande.

Anexo 2- Cópia da autorização de construção do parque fabril da SANBRA na cidade de Campina Grande, em 1920.



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO N. 14.330 - DE 26 DE AGOSTO DE 1920

Autoriza o Ministro da Agricultura Industria e Commercio a ajustar com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, Companhia Parahybana, de Beneficiamento e Prensagem do Algodão, Companhia Pastoral Agricola e Industrial Piahyense e com as firmas Philomeno Gomes & Filhos e Germano Boettcher a instalação de diversas usinas de beneficiamento de algodão e seus sub-productos, sua prensagem, etc., nos Estados de Pernambuco, Ceará, Maranhão e Piahy

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere o art. 28. ns. XIV e XVI, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920,

DECRETA:

Art. 1º Fica o ministro da Agricultura, Industria e Commercio autorizado a ajustar a instalação, nos Estados da Parahyba, Piahy, Ceará e Maranhão, de diversas usinas do prensagem e beneficiamento de algodão e seus sub-productos, com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, com a Companhia Parahybana de Beneficiamento Prensagem do Algodão, com a Companhia Pastoral Agricola Industrial Piahyense e com as firmas Philomeno Gomes & Filhos e Germano Boettcher, bem assim a conclusão das obras de instalação das usinas Rio Branco e Santa Luzia, no Estado de Pernambuco e Parahyba, com a referida Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, de accôrdo com as seguintes clausulas e condições:

1ª, os ajustantes se obrigam: a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, a completar a instalação das usinas do Rio Branco, no Estado de Pernambuco, de Santa Luzia, no da Parahyba, e a fazer a montagem da usina de Picuhy, no mesmo Estado; a companhia Parahybana de Beneficiamento e Prensagem do Algodão, a completar a instalação da usina de Campina Grande e montar e de Itabarana; a Companhia Pastoral Agricola e Industrial Piahyense, a completar a instalação que possua na villa Engenheiro Dodt, á margem do Rio Parahyba, no Estado do Piahy; as firmas Philomeno Gomes & Filhos, a instalar na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, uma usina de prensagem de alta densidade, e Germano Boettcher a instalar uma usina no municipio de Tury-Assú, no Estado do Maranhão;

2ª, o Governo Federal, tendo em vista os creditos de 500:000\$ e 1.000:000\$ cuja abertura está autorizada nos numeros XIV e XVI do art. 28 da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, concederá sob a fôrma de emprestimo á Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro a quantia de 300:000\$ por conta do primeiro dos alludidos creditos e 200:000\$ por conta do segundo, correspondendo a primeira parte ás usinas Rio Branco a Santa Luzia installadas em 19119 e a segunda parte

(Autorização concedida pelo então presidente do Brasil, Epitácio Pessoa Página 1/3)

á usina a se installar em Picuhy, no Estado da Parahyba; á Companhia Parahybana de Beneficiamento e Prensagem do Algodão a quantia de 250:000\$, á Companhia Pastoral Agricola e Industrial Piauhyense a quantia de 100:000\$. á firma Philomeno Gomes & Filhos a quantia de 200:000\$, e á firma Germano Boettcher a quantia de 250:000\$, quantias essas que representam 75 % do valor total das usinas especificadas na clausula seguinte;

3ª, serão dadas como garantia hypothecaria, para a concessão do emprestimo alludido, as usinas Limoeiro e Timbaúba da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, no Estado de Pernambuco; a de Campina Grande da Companhia Parahybana de Beneficiamento e Prensagem do Algodão, no Estado da Parahyba; a de Engenheiro Dodt, da Companhia Pastoral Agricola e Industrial Piauhyense, no Estado do Piauhy; a usina Iracema, pertencente á firma Philomeno Gomes & Filhos, em construcção na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, e a usina que installar a firma Germano Boettcher, no municipio de Tury-Assú, no Estado do Maranhão;

4ª, a entrega dos emprestimos será feito á vista de attestado da fiscalização de terem sido recebidos, no paiz, todos os machinismos destinados ás installações e terem sido estas iniciadas antes de 31 de dezembro de 1920;

5ª, os emprestimos serão feitos ao juro de 6% ao anno, em moeda corrente, e os ajustantes farão a sua remissão em 10 annos, a contar da data do recebimento dos mesmos. Os juros e amortizações serão pagos em 31 de julho e 31 de dezembro de cada, anno, divididos esses pagamentos em prestações iguaes. Os ajustantes terão a faculdade de apressar o resgate total em emprestimo pagando quaesquer quantias por antecipação;

6ª, os ajustantes se obrigam a iniciar as installações das usinas de cada um dos Estados ou as obras complementares das usinas já construidas no prazo maximo do dous mezes, a contar da data da assignatura dos ajustes, sob pena de ficarem os mesmos sem effeito;

7ª, os ajustantes se obrigam a completar as installações das usinas ou fazendas durante o prazo do emprestimo quanto aos serviços ou machinismos que forem reputados insufficientes e em mantel-as funcconando sempre em perfeitas condições;

8ª, cada usina terá a capacidade minima para beneficiar diariamente 5.200 kilogrammas de pluma para o typo menor e 10 toneladas de algodão limpo, classificado, prensado e enfardado, para o typo médio e, mensalmente, 120 toneladas de semente de algodão nas fabricas de oleo annexas, para o typo menor, e 450 a 600 toneladas de sementes de algodão nas fabricas de typo médio, que serão convertidas em oleo e os residuos aproveitados em farello. Os ajustantes terão a faculdade de augmentar a todo o tempo a capacidade dessas usinas o addicionar-lhes as dependencias necessarias ao refino do oleo e fabrico de sabão, segundo as condições locais. As prensas terão a capacidade de compressão de 500 kilos por metro cubico;

9ª, os ajustantes terão a faculdade de montar tambem, installações para o fabrico de oleo de mamona, amendoim, côco (da Bahia) ou outras nozes oleaginosas proprias da região e de fazer o respectivo refinamento e o completo aproveitamento dos sub-productos;

Autorização concedida pelo então presidente do Brasil, Epitácio Pessoa Página 2/3)

10, as usinas terão dependencias para accommodar a materia prima e os productos manufacturados, bem como o material para a embalagem e preparo de latas. Disporão igualmente de machanismos aperfeiçoados para expurgo das sementes, não só da propria usina como do particulares;

11, para cada uma das usinas installadas no interior, os ajustantes se obrigam a manter uma fazenda experimental destinada a produzir sementes de algodão seleccionadas e expurgadas para fornecer aos lavradores mediante attestado da Superintendencia do Algodão;

Essas fazendas terão uma área minima de 200 hectares de boas terras, das quaes 100 serão cultivadas com algodão das variedades mais apropriadas ás regiões respectivas e os restantes reservados a outras culturas e pastagens. Tambem serão ellas franqueadas á visita dos lavradores;

12, as fazendas experimentaes serão providas das machinas agricolas mais modernas necessarias ao cultivo das terras e sempre que possivel dotadas de serviço de irrigação;

13, as fazendas experimentaes poderão ser montadas ao lado das usinas de beneficiamento de algodão ou mais distante conforme as condições locais. Nellas serão construidas as dependencias da administração, estabulo, celleiro, sillo, estremeira, deposito de machinas e ferramentas e, em geral, tudo o que interessar ao seu bom funcionamento. Independente dos serviços propios da Fazenda, poderão ser fundados nos arredores nucleos de cultura de algodão;

14, para a importação de drogas ou productos e aparelhos chimicos necessarios aos serviços das mesmas usinas e fazendas experimentaes, vasilhame e materiaes de embalagem, bem como, ferro aço ou folha de Flandres destinado ao fábriço de vasilhame e latas, poderá o Governo conceder aos ajustantes os mesmos favores de que gosam os lavradores e engenhos centraes de assucar, nas condições estabelecidas pela Consolidação das Leis das Alfandegas;

15, os ajustes para a installação das usinas só serão assignados á vista de documentos que provem ter sido concedida pelos respectivos Governos estaduaes a redução do imposto de exportação de que trata o art. 28, § XIV, da lei n- 3.991, de 5 de janeiro de 1920;

16, os ajustantes ficam sujeitos á fiscalização do Serviço do Algodão, devendo sempre prestar ao funcionario destacado para inspeccionar suas installações todas as informações necessarias;

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio da Janeiro, 26 de agosto de 1920, 99º da Independencia e 32º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Simões Lopes.

Autorização concedida pelo então presidente do Brasil, Eptácio Pessoa Página 3/3)

Anexo 3- Cópia de um processo de reclamação trabalhista, movido por um operário sanbrino, em 1959

		PODER JUDICIÁRIO	
		JUSTIÇA DO TRABALHO	
		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO		Data: 25/03/2008	
Processo: 00751.1959.001.13.00-8 - <u>Reclamação Trabalhista</u>		Ajuizado: 28/09/1959	
Setor: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos			
Estado: Arquivado		Situação: Normal	Rito: Ordinário
<u>Título</u>		<u>Nome</u>	
Reclamante		ANTONIO BENEDITO DA SILVA	
Reclamado		SAMBRA	
<u>Data</u>		<u>Andamento</u>	
29/09/2004 12:00		Processo enviado para: Comissão Permanente de Avaliação de Documentos	
29/09/2004 12:00		Processo analisado para eliminação	
17/11/1959 16:00		Arquivado	
28/09/1959 00:00		Autuada Classe: Reclamação Trabalhista	
<u>Atualização Monetária</u>			

Anexo 4- Fotografia do Parque Fabril Sanbrino (Provavelmente na década de 50)



Anexo 5- Carteira de sócio em um evento comercial de Campina Grande.



(Esse documento pertenceu ao ex-gerente geral da SANBRA, Francisco Alves Pereira, mais conhecido como “Seu Pereira da SANBRA”).

Anexo 6- Imagem de um dos primeiros ônibus a circular pelo bairro da Liberdade.



Jose Marcos Cabral Filho

Anexo 7- Propaganda de um dos produtos fabricados pela SANBRA



SALADA
FINISSIMO OLEO DE "INVERNO"

GRANDE REFINAÇÃO ESPECIAL
OLEOS

SALADA

ESTERILIZADO

SABOR DELICADO
PARA OS SALADADES FINOS

COMPLETAMENTE INODOROS
PARA AS MEZAS DISTINTAS

Unico que substitue os melhores Azeites de Oliveira.

FONTES

Periódicos (A Evolução, Diário da Borborema, Jornal da Paraíba, Jornal Comércio de Campina)

Relatos Oraís de antigos operários sanbrinos.

Site Oficial da Bunge.

ÍNDICE DE JORNAIS UTILIZADOS

- A.E.C- Jornal da Associação dos Empregados do Comércio, maio de 1934.(Não foi possível encontrar mais informações sobre esse jornal);
- Jornal- Coluna Operária dos Trabalhadores: Ano 1, 27 de Junho de 1932;
- Jornal A Frente (1934);
- Jornal A Evolução:Ano 1, número 14,12 de Setembro de 1958/ Ano 2,Número 14, Maio de 1959.
- Jornal A União: 13 de Maio de 1935 (Não há mais informações sobre esse exemplar);
- Jornal Comércio de Campina: Ano 1,Número 5, 16 de Abril de 1932/ Número 26, Setembro de 1932.

LISTA DE DEPOENTES

Adalto Moisinho- Trabalho na década de 50, na fábrica de óleo e no refeitório da SANBRA.

Alice Isabel da Silva- Trabalhou na década de 50 na usina de sisal da SANBRA.

Alda Mendonça- atual diretora do Grupo Escolar Augusto dos Anjos criado pela SANBRA em 1963.

Antônio Maria- Mora no bairro da Liberdade há mais de 50 anos, e seu pai e irmãos foram funcionários sanbrinos.

Damião da Silva- Um dos primeiros moradores da rua João Maria de Souza Ribeiro, o conhecido Beco Califon.

Henrique Walderban de Menezes- Foi gerente da usina de sisal da SANBRA, durante as décadas de 60-70.

Ilza de Almeida Neves- A moradora mais antiga da rua Paraíba.

José Herculano de Souza- Mora no bairro da Liberdade, desde da década de 50, e ficou conhecido por seu trabalho como garçom em vários restaurantes da cidade.

José Braz Albuquerque- Foi um conhecido mecânico sanbrino. Trabalhava na fábrica de óleo.

José Manoel- Foi carregador na SANBRA na década de 70. Era conhecido como um dos melhores carregadores por sua força ao carregar fardos de algodão. Atualmente continua a exercer a função de carregador.

José Paulino de Alcântara- Trabalhou como operário na usina de algodão na década de 50. Perdeu um dos seus irmão em um acidente na SANBRA.

José Soares de Oliveira- Mora no bairro da Liberdade desde a década 40.

Maria Anunciada Gomes- Foi operária sanbrina, nos armazéns de agave na década de 60. Gostava do trabalho na SANBRA, e saiu dele apenas quando mudou-se para o estado do Maranhão.

Maria Ceci Lima Silva- Conhecida moradora da rua João Maria de Souza Ribeiro(Beco Califon).Seu esposo já falecido, trabalhou na SANBRA, e por sofrer uma acidente o qual o deixou incapacitado para o trabalho, foi indenizado, recebendo auxílio até sua morte.

Maria Cely de Souza. Trabalhou na SANBRA na década de 40, quando fez 18 anos. Era funcionária da usina do agave, e se entristece hoje por não ser mais apta ao trabalho.

Maria da Dores dos Santos- Foi operária nos armazéns de agave da SANBRA. Apreciava muito o fato de poder trabalhar, e lamenta não poder fazê-lo agora. Por isso, se envolve em grupos da terceira idade para permanecer ativa.

Maria de Fátima de Assis. Veio morar no bairro da Liberdade na década de 50, quando ainda era um bebê. Seus pai e irmãos mais velhos trabalharam na SANBRA entre as décadas de 50 à 60.

Maria de Lurdes Goncalves- Viu a Liberdade crescer e se desenvolver, e adora lembrar suas vivências no bairro, quando tudo era diferente.

Maria de Lurdes de Oliveira- Personagem conhecido por ser a fundadora da escola de samba Unidos da Liberdade.

Maria de Lurdes Lima- Mora no bairro da Liberdade desde a década de 50.

Maria do Céu Pereira Barbosa- Uma das moradoras mais antigas da rua Espírito Santo. Viu o bairro da Liberdade se desenvolver, e declara que gosta das possibilidades que o bairro lhe dá de não precisar se deslocar para outros lugares. Seu falecido marido e irmãos trabalharam na SANBRA.

Maria Otávia Batista- Mora no bairro desde a década de 40, e conserva boa memória sobre suas experiências e vivências no bairro, especialmente aquelas que envolvem a política campinense durante as décadas de 50 à 60.

Marluce Santos de Freitas.- Mora no bairro da Liberdade desde a década de 50. Sua mãe trabalho na SANBRA.

Rita Araújo da Silva. Foi operária sanbrina na década de 50 à 60. Trabalhava nos armazéns de agave.

Sandra de Almeida Neves. Mora no bairro da Liberdade desde que nasceu. Foi uma das primeiras alunas do grupo escolar sanbrino Augusto dos Anjos.

Severina Soares de Oliveira. Muito conhecida no bairro, e comumente chamada de Dona Nissinha. Foi por anos uma catequista católica na Igreja das Graças.

Severino Luís Camêlo. É conhecido no bairro da Liberdade como Seu Vино, dono de uma “loja de miudezas”, onde vende-se de tudo!

Severino Tavares da Silva. Foi o trabalhador que mais tempo trabalhou na SANBRA. Na fábrica, era conhecido pelo pseudônimo de Seu Bodinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **História dentro da História**. São Paulo:Contexto,2005.
- _____. **Ouvir contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV,2010.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **Nos destinos de destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Pernambuco:Bagço,2008
- AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**.3.ed.Rio de Janeiro:FGV,2000.
- ARAGÃO, Patrícia. Monografia: Oleando o caroço e se mantendo SANBRA. Campina Grande:UFPB,1990.
- ARAÚJO, Clara. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro:FGV,2005.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: EDUSP,1999.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras:1994.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **A mulher no espaço público**. São Paulo: Marco Zero,1999.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras:1993.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto,2012.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio: Forense, 2000.
- _____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994 (volumes I e II)

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. São Paulo: Bertrand, 1990.

CORBIN, Alain. **Do Limousin às culturas sensíveis**. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. São Paulo: Ed. Estampa, 1998.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Manufaturada, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **Gênero e História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: Permanências e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE, Prefeitura Municipal de Campina Grande: 1994

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: Banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares.** São Paulo:PUC,1993.

OLIVEIRA, Elza Regis de Oliveira. **Teoria, História e Memória.** João Pessoa:Universitária,2011.

PERROT, Michele. **Mulheres ou os silêncios da História.** Santa Catarina:EDUSC:2005.

_____. **Os excluídos da História: Operários, mulheres, prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra,2010.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte:Autêntica,2003.

_____. **Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX.** São Paulo:Companhia Editorial Nacional, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das mulheres.** São Paulo: Contexto,2012.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar-Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, ANPUH, volume 27, número 53, jan-jun.,2007.

SECCHI, Bernardo. **A cidade do século XX.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

SILVA, Keila Queiroz e Dissertação: **Entre as normas e os desejos: As mutações do feminino e do masculino em 50,60 e 70 na Paraíba.** Recife: UFPE, 1999.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: Homens, mulheres e a prática histórica.** São Paulo: EDUSC, 2003.

STEARNS, Peter. **História das Relações de Gênero.** São Paulo:Contexto,2012.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

WEBER, Regina. **Os operários e a colmeia: Trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Rio Grande do Sul: Unijuf, 2002.